

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura", "Companhia" ou "EIL") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuário, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui nove concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) em sete estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumariadas na Nota Explicativa nº 13.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$1.681.279 (ativo circulante de R\$2.327.040 e passivo circulante consolidado de R\$4.008.319), principalmente decorrente de debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 18 de fevereiro de 2020.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

## 2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem o controle obtido quando a Companhia estiver exposta, tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida, que correspondem na Companhia como coligada e operação em conjunto ou *joint venture*.

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Operação em conjunto (ou *Joint venture*) é um negócio em conjunto por meio do qual as partes integrantes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos *da joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente convencionado de um controle, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exige o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto (ou *joint venture*), sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

	31/12/2019	31/12/2018	Objetivos principais
<u>Controladas diretas:</u>			
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	100%	100%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL01 Participações Ltda.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecoporto Santos S.A.	100%	100%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	100%	100%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
ELG-01 Participações Ltda.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL04 S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL02 S.A. (100% até setembro de 2018)	-	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL03 S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	100%	100%	Em fase pré-operacional, tendo como objetivo futuro a exploração sob o regime de concessão do sistema rodoviário Ponte Rodoanel Norte.
<u>Controlada em conjunto (Joint Venture):</u>			
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	20%	20%	Exploração do Contorno Metropolitano Norte da Região Metropolitana do município de Belo Horizonte em Minas Gerais.

# ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	31/12/2018	Objetivos principais
Controladas indiretas: via Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul (90% até fevereiro/2018)	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (58% até agosto/2018)	100%	100%	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte	100%	100%	Exploração da concessão da rodovia BR-101/RJ – Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) "Ponte Rio-Niterói".
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	100%	-	Exploração sob regime de concessão do Lote de rodovias do Estado de Minas Gerais.
EIL02 S.A. (a partir de outubro/2018)	100%	-	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Concessionária de Rodovias Minas Gerais Góias S.A. Eco050	100%	-	Exploração de Concessão da rodovia BR-050 MG/GO.
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.	100%	-	Exploração de Concessão da rodovia BR 364/365 MG/GO.

Em 28 de setembro de 2018, a Companhia, transferiu a totalidade das ações detidas do capital social da EIL02 S.A. para sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., por meio de alienação, da totalidade de suas 3.300 (três mil e trezentas) ações, representativas de 100% do capital social da EIL02 pelo valor de R\$2.045,38 (dois mil e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos).

## 2.3 Contratos de Concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade:

### I) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, e é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até junho de 2026.

### II) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Explora o conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até junho de 2039.

### III) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Explora 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia BR-277, km 60,5. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até novembro de 2021.

### IV) Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo Estado. O prazo de duração do contrato de concessão é de 24 anos. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até novembro de 2021.

### V) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Explora pelo regime de concessão denominado Polo Rodoviário de Pelotas, as seguintes rodovias e trechos: BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Camaquã, em uma extensão de 123,4 km; BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Jaguarão, em uma extensão de 137,1 km; BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, em uma extensão de 68,4 km e BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Santana da Boa Vista, em uma extensão de 128,4 km. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até março de 2026.

VI) ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ. A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até maio de 2038.

VII) Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte

Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015, da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha). O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigorará até junho de 2045.

VIII) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos") tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. Até o momento foram celebrados 5 termos de aditamento ao Contrato, sem alteração da vigência inicialmente estabelecida. No entanto, a cláusula 16ª do Contrato prevê a possibilidade de prorrogação de sua vigência por igual período (25 anos), observada a regulamentação setorial. Com o advento do novo marco regulatório do setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério da Infraestrutura, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ") responsável pela fiscalização e regulação. O Ecoporto Santos tempestivamente solicitou a prorrogação antecipada da vigência do Contrato, instruindo o processo com os documentos pertinentes. Em 19 de dezembro de 2019 foi publicada a Resolução nº 7549 da ANTAQ que tratou de aprovar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental ("EVTEA") apresentado pelo Ecoporto Santos, contemplando o reequilíbrio econômico-financeiro e a prorrogação da vigência do Contrato até o ano de 2048. Em 6 de janeiro de 2020 o Ecoporto Santos apresentou recurso na esfera administrativa contra a referida Resolução para que seja reconhecido, também, o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da superveniente substituição da área originalmente delimitada no Contrato por novas áreas, não contíguas, com metragem total 20% inferior (170.000m² x 136.444,03m²), causando perda de eficiência operacional.

IX) ECO135 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de

Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km, perfazendo uma extensão total de 363,95km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela concessionária. O início da cobrança de pedágio ocorreu em 1 de abril de 2019. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigerá até 2048.

X) Concessionária do Rodoanel Norte S.A. – Ecorodoanel

Foi constituída em 20 de fevereiro de 2018, tendo por objeto social, único exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote Rodoanel Norte entre os municípios de Guarulhos e São Paulo, localizada na Rodovia dos Imigrantes, S/N, 1º andar, Sala 01, Bairro Alvarenga – São Bernardo do Campo – SP. O trecho do Rodoanel Norte possui 46 km. A companhia está em fase pré-operacional, aguardando a assinatura do contrato de concessão.

XI) Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. – Eco050

Explora pelo regime de concessão o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão “Edital nº 001/2013 Parte VII”, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assunção do Contrato.

Em 30 de Maio de 2019, foi concluída a operação de venda, de 100% do capital social da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A (“MGO Rodovias”), por meio de sua holding Argovias Administração e Participações S.A., para o grupo Ecorodovias, através da Ecorodovias Concessões e Serviços S/A. A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões”) tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas, agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigerá até 8 de janeiro de 2044.

## XII) Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.

Explora pelo regime de concessão o sistema rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365/GO/MG, no trecho de entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479(contorno Oeste de Uberlândia/MG). A companhia assinou o contrato de concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 19 de dezembro de 2019, e o termo de Arrolamento e Transferência de Bens em 20 de janeiro de 2020. O prazo da concessão é de 30 anos e vigorará até 20 de janeiro de 2050.

### 2.4. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas:

### a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas diretas e indiretas quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

### Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.



Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 29).

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e suas controladas.

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

#### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

#### Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

#### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

#### Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

#### Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do

passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment descritos na Nota Explicativa nº 15, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

f) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

g) Ativos e passivos mantidos para venda

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de fluxo de caixa são apresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo, tendo sido por isso incluída a observação "reclassificado" nos demonstrativos comparativos.

A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizados ou depreciados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado de operação descontinuada é apresentado em um montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o Imposto de Renda e Contribuição Social destas operações.

h) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2019 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	Aplicação em exercícios anuais, iniciados em 1º de janeiro de 2019, com alteração na contabilização e classificação dos arrendamentos mercantis.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.

i) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

j) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

#### 4. PRINCIPAIS USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

##### Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de Concessão das controladas diretas e indiretas da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3.

##### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos Contratos de Concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões, exceto da controlada direta Ecoporto Santos S.A., onde a Companhia já considera o prazo da concessão assumindo a renovação. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 4,10% e 9,96% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada

na média ponderada das captações. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados nas Notas Explicativas nº 21 e nº 22.

- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 23.

## 5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMA.

Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, houve alterações após a aplicação do CPC 06 (R2) arrendamentos, conforme descrito a seguir:

O CPC 06 (R2) passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela abordagem de transição restrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC 06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) apenas para os contratos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com o CPC 06 (R2), a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses) e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a R\$10 (considerado pela Companhia).

Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

- Arrendamento terminal portuário; e
- Arrendamento de máquinas, equipamentos, veículos e imóveis.

Adicionalmente, o CPC 06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos nas Nota Explicativas nºs 17 e 18.

As contas patrimoniais não sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial, o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustados ao valor presente em R\$15.333 no consolidado, sem efeito na controladora. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada.

A Companhia apresenta a movimentação do direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 na Nota Explicativa nº 15.b) Intangível, e a movimentação do arrendamento a pagar na Nota Explicativa nº 19 Arrendamentos a pagar.

Devido ao Grupo EcoRodovias atuar majoritariamente no segmento de concessões abrangidos no escopo do ICPC01 Contratos de Concessão os efeitos do CPC 06 (R2) Arrendamentos são imateriais.

## 6. RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

A administração reclassificou de R\$13.163 entre as rubricas "Caixa líquido das atividades de financiamento" e "Caixa líquido das atividades operacionais" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Pagamento de obrigações ao Poder Concedente".

	Consolidado		
	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa líquido das atividades de financiamento			
Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	(19.444)	13.163	(6.281)
Caixa líquido das atividades operacionais			
Pagamento de obrigações ao Poder Concedente	(47.267)	(13.163)	(60.430)
	(66.711)	-	(66.711)

## 7. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

## a) Venda de participação

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou naquela data, Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A., pelo valor de R\$90.000 a serem liquidados em 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pela atualização do CDI a partir da data da conclusão. A conclusão da alienação estava sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluíam: (i) comunicação e/ou aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil, recebida em 1º de março de 2018; (ii) aprovação do Conselho

Administrativo de Defesa do Consumidor – CADE, a qual foi obtida sem restrições em 27 de dezembro de 2017; (iii) a transferência das quotas do Ecopátio Logística Cubatão Ltda. para a Companhia, ocorrida em 8 de fevereiro de 2018; e (iv) o pagamento da totalidade da dívida da Elog, ocorrida em 8 de março de 2018. A conclusão da operação se deu em 7 de março de 2018, com a efetiva transferência de quotas. Em 09 de agosto de 2018, foi apurado o “ajuste do preço de compra” no montante de R\$2.790 a favor da companhia, totalizando assim o valor de venda de R\$92.790.

A alienação da Elog S.A. é consistente com a estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, e prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes. O contrato prevê as seguintes limitações:

- (i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$10 por perda individual para perdas de natureza trabalhista e de R\$20 para perdas de qualquer outra natureza, e o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) do preço de aquisição, ambos atualizados pelo CDI a partir da data de fechamento. Indenização Especial: Na eventualidade, durante o prazo de 5 (cinco) anos da data de fechamento, a licença CLIA Santos for cancelada, revogada, ou extinta exclusivamente em decorrência da Execução Fiscal vigente, a Companhia deverá pagar à compradora uma indenização de R\$4.000 corrigido pela Atualização Monetária IPCA a contar da data do fechamento;
- (ii) O prazo de pagamento das indenizações será em 30 de abril de cada ano, ou quando o valor total das perdas indenizáveis acumuladas exceder R\$500, o que ocorrer primeiro, sendo que no segundo caso a indenização deverá ser paga no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação; e
- (iii) O limite temporal pode ser de 3 (três), 5 (cinco), 6 (seis) ou 10 (dez) anos, de acordo com as naturezas da respectiva perda.

Os depósitos judiciais existentes, pertencerão à Companhia e a compradora deverá transferi-los em até 10 (dez) dias úteis contados do seu efetivo recebimento e apuração de todos os custos, despesas, impostos e eventuais perdas.

#### b) Ativos e passivos mantidos para a venda

Em 25 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a proposta da diretoria para deixar de classificar a entidade Ecopátio Logística Cubatão Ltda como Ativo mantido para venda, em atendimento ao CPC31/IFRS5 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

A Companhia avaliou que uma série de eventos ocorridos no decorrer dos exercícios de 2018 e 2019, desestimularam o interesse de potenciais compradores e, em consequência, comprometeram a estratégia de venda dessa operação. Desta forma, a Companhia não considera mais que sua venda seja altamente provável. Não satisfazendo mais a característica de operação descontinuada mantida para venda, a operação passou a ser consolidada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência de a Companhia ter deixado de classificar as operações do Ecopátio como mantidas para venda, os resultados das operações do componente anteriormente apresentado em operações descontinuadas foram classificados e incluídos no resultado das operações em continuidade. O efeito dessa consolidação a partir de 01 de janeiro de 2019, nas demonstrações da Companhia foram de: Ativos R\$80.502, Passivos R\$6.509 e no resultado de 2019 prejuízo de R\$3.790.

A Companhia mensurou o valor recuperável dos ativos da operação do Ecopátio em 31 de dezembro de 2019 e concluiu não haver perdas adicionais a serem reconhecidas.

## 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	18	21	215.084	30.927
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	15.168	141.794	1.090.626	1.340.800
Operações compromissadas (b)	-	-	34.459	5.275
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	473.532	1.247.571
Aplicações automáticas (d)	89	138	42.547	25.916
	15.275	141.953	1.856.248	2.650.489

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2019 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 9), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários, era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 98,0% em 31 de dezembro de 2019 (99,1% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (75% em 31 de dezembro de 2018), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 98,0% do CDI em 31 de dezembro de 2019, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

## 9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Recursos não vinculados	1.470	-	105.678	-
	1.470	-	105.678	-

Os recursos referem-se a aplicações financeiras em LTN over (Letras do Tesouro Nacional) remunerado à taxa de 99,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. As referidas aplicações possuem liquidez imediata.

## 10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA – CONSOLIDADO

As aplicações financeiras – conta reserva, são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2019	31/12/2018
Fundo de investimento (a)	66.963	77.330
Certificado de depósito bancário (CDB) (b)	39.953	-
	106.916	77.330
Circulante	56.614	61.521
Não circulante	50.302	15.809

(a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 96,8% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (97,6% em 31 de dezembro de 2018).

(b) O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é remunerado a taxa média ponderada de 98,0% do CDI em 31 de dezembro de 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras – conta reserva, refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras – conta reserva, por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., para Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte-Rio Niterói – Ecoponte e Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. – Eco050, para operações BNDES e Ecoporto Santos S.A. para garantia CETESB.

## 11. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	31/12/2019	31/12/2018
Pedágio eletrônico (a)	135.454	110.670
Receitas acessórias (b)	1.707	5.466
Recebíveis de portos (c)	17.628	21.336
Outras contas a receber	15.815	4.392
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (d)	(5.855)	(3.526)
	<u>164.749</u>	<u>138.338</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.
- (d) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	157.757	135.533
Vencidos:		
Até 30 dias	4.276	1.779
De 31 a 90 dias	2.349	869
De 90 a 120 dias	368	157
Acima de 120 dias	5.855	3.526
	<u>170.604</u>	<u>141.864</u>

A movimentação do exercício nas perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	3.526	1.511
Consolidação Ecopátio (i)	1.582	-
Valores recuperados e baixados	(1.663)	(1.411)
Constituição de PECLD	2.410	3.426
Saldo no fim do exercício	<u>5.855</u>	<u>3.526</u>

(i) Vide Nota Explicativa nº 7.b)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cível	64	64	6.795	7.264
Tributário	-	-	5.900	5.930
Trabalhista	5	-	22.481	19.300
Meio Ambiente	-	-	60.425	51.649
Desapropriações	-	-	23.735	23.952
THC2 – <i>Terminal Handling Charge</i> (vide Nota Explicativa nº 25.a.ii)	-	-	81.858	79.253
MPF-PR (iii)	-	-	2.360	-
Outros (Distribell S.A.)	2.456	2.384	2.456	2.384
	<u>2.525</u>	<u>2.448</u>	<u>206.010</u>	<u>189.732</u>

As principais causas que resultaram no depósitos judiciais descritos acima, estão divulgados na Nota Explicativa nº 25 Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	2.448	2.299	189.732	188.470
Consolidação Ecopátio (i)	-	-	618	-
Aquisição participação (ii)	-	-	820	-
Adições (iii)	15	-	199.229	9.414
Baixas (iii)	(11)	-	(192.271)	(11.404)
Atualização monetária	73	149	7.882	3.252
Saldo no fim do exercício	<u>2.525</u>	<u>2.448</u>	<u>206.010</u>	<u>189.732</u>

(i) Vide Nota Explicativas nº 7.b)

(ii) Vide Nota Explicativa nº 13.a.ii)

(iii) Acerca dos bloqueios judiciais realizados em 21 de março de 2019, no valor de R\$185.368, em contas bancárias mantidas em nome das Concessionárias Ecovia e Ecocataratas, ficou estabelecido no Acordo de Leniência firmado que o Ministério Público Federal do Paraná promoveria a desistência do pedido de bloqueio de bens. Após a manifestação de desistência pelo Ministério Público Federal, este pedido foi aceito e homologado pelo Tribunal Regional Federal da Quarta Região e os valores foram efetivamente desbloqueados e liberados em 10 de fevereiro de 2020.

# ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. INVESTIMENTOS

#### a) Controladora

	Controladas diretas							
	Valores das investidas		Percentual de		Investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2019	Resultado	participação direta - %					
	Patrimônio líquido	do exercício	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	973.590	109.112	100	100	973.590	1.022.255	109.112	590.218
Ecoporto Santos S.A.	357.219	5.316	100	100	357.219	332.704	3.515	(33.009)
ELG-01 Participações Ltda.	56.237	(2.313)	100	100	56.237	56.050	(2.313)	(1.971)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	12.695	(3.731)	100	100	12.695	16.426	(3.731)	(3.498)
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	250	10	20	20	250	1.105	10	34
EIL-01 Participações Ltda.	354	11	100	100	354	343	11	10
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	15.305	(24.237)	100	-	15.305	(7.758)	(24.237)	(7.759)
EIL02 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
EIL 03 S.A.	-	-	100	100	-	-	-	-
EIL 04 S.A.	-	-	100	100	-	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (i)	70.653	(3.790)	100	-	70.653	-	(3.790)	-
Lucros não realizados Eco101	(943)	52	-	-	(943)	(995)	52	54
Lucros não realizados Ecoporto	(862)	-	-	-	(862)	(862)	-	(3)
					1.484.498	1.419.268	78.629	544.076

(i) Vide Nota Explicativa nº 7.b)

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

	31/12/2018	Ecopátio (i)	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital/AFAC	Equivalência patrimonial	31/12/2019
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.022.255	-	(197.777)	40.000	109.112	973.590
Ecoporto Santos S.A.	332.704	-	-	21.000	3.515	357.219
ELG-01 Participações Ltda.	56.050	-	-	2.500	(2.313)	56.237
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	16.426	-	-	-	(3.731)	12.695
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.105	-	(865)	-	10	250
EIL-01 Participações Ltda.	343	-	-	-	11	354
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel (12.a.i)	(7.758)	-	-	47.300	(24.237)	15.305
EIL02 S.A.	-	-	-	-	-	-
EIL03 S.A.	-	-	-	-	-	-
EIL04 S.A.	-	-	-	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	-	74.443	-	-	(3.790)	70.653
Lucros não realizados - Eco101	(995)	-	-	-	52	(943)
Lucros não realizados - Ecoporto	(862)	-	-	-	-	(862)
	<u>1.419.268</u>	<u>74.443</u>	<u>(198.642)</u>	<u>110.800</u>	<u>78.629</u>	<u>1.484.498</u>

(i) Vide Nota Explicativa nº 7.b)

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

	31/12/2017	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Redução de capital	Aporte de capital	Plano de opção com base em ações	Aquisição de minoritários	Venda de participação	Equivalência patrimonial	31/12/2018
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.018.305	(595.126)	-	-	81	8.777	-	590.218	1.022.255
Ecoporto Santos S.A.	200.696	-	-	165.000	17	-	-	(33.009)	332.704
ELG-01 Participações Ltda.	55.821	-	-	2.200	-	-	-	(1.971)	56.050
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	20.365	(441)	-	-	-	-	-	(3.498)	16.426
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.071	-	-	-	-	-	-	34	1.105
EIL-01 Participações Ltda.	333	-	-	-	-	-	-	10	343
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	-	-	-	1	-	-	-	(7.759)	(7.758)
EIL02 S.A.	2	-	-	-	-	-	(2)	-	-
Lucros não realizados	(1.903)	-	(5)	-	-	-	-	51	(1.857)
	<u>1.294.690</u>	<u>(595.567)</u>	<u>(5)</u>	<u>167.201</u>	<u>98</u>	<u>8.777</u>	<u>(2)</u>	<u>544.076</u>	<u>1.419.268</u>



## ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

a.i) Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel - Em 10 de janeiro de 2018, a Companhia, foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Internacional nº 01/2017 para a concessão de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos como implantação de equipamentos de tráfego e atendimento ao usuário do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas por um prazo de 30 anos a partir da assinatura do contrato. A classificação se deu em razão do maior valor de outorga fixa ofertada, correspondente a R\$883.000. Após a homologação e a adjudicação do resultado do leilão pela Artesp - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, a Companhia será convocada para a assinatura do contrato de concessão.

#### a.ii) Combinação de negócios

Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. – Eco050 - Em 1º de fevereiro de 2018 a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A, através de Fato Relevante, comunicou ao mercado que celebrou contrato de Compra e Venda de Ações entre a ECS e os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. ("MGO"), referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da MGO, por meio, na data do fechamento, da holding da Argovias Administração e Participações S.A. O valor da aquisição é de R\$600.000 e será liquidado na data do fechamento. A conclusão da aquisição está sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), BNDES e demais credores. A MGO é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, ampliação e operação da BR-050 (GO/MG), no trecho de 436,6 quilômetros que começa no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, no município de Delta (MG). O contrato foi assinado em 5 de dezembro de 2013 e expira em 8 de janeiro de 2044. Em 30 de maio de 2019, foram concluídas todas as condições precedentes, a efetiva transferência das ações da Argovias para a Companhia e a quitação da aquisição, pelo valor atualizado de R\$654.764. O excedente entre o preço de aquisição e a mensuração preliminar do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, de R\$414.086 foi alocado em intangível direito de concessão.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a Companhia apresenta a avaliação preliminar dos valores justos na data de aquisição:

<u>Ativo:</u>	<u>31/05/2019</u>	<u>Passivo:</u>	<u>31/05/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4.365	Empréstimos e Financiamentos	790.292
Aplicações financeiras – conta reserva	43.865	Arrendamentos pagar	721
Clientes	11.325	Debêntures	86.102
Tributos a recuperar	881	Fornecedores	45.446
Despesas antecipadas	1.589	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.544
Depósitos judiciais	820	Obrigações sociais e trabalhistas	4.391
Outros créditos	1.568	Partes relacionadas	55
Tributos diferidos	9.742	Obrigações com o Poder Concedente	455
Imobilizado	35.197	Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	4.159
Intangível	1.108.865	Provisão para manutenção	34.435
		Outras contas a pagar	8.939
		Total do passivo	<u>977.539</u>
		Patrimônio Líquido	
		Capital social	281.250
		Reserva legal	2.136
		Reserva de lucro	40.586
		Prejuízos acumulados	<u>(83.294)</u>
			<u>240.678</u>
Total do ativo	<u>1.218.217</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.218.217</u>

a.iii) Ecovias do Cerrado S.A. - Em 19 de dezembro de 2019, a controlada indireta Ecovias do Cerrado S.A., assinou contrato de Concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para exploração por 30 anos da BR 364/365 MG/GO, no trecho entre o entroncamento com a BR-060(A) (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479 (Contorno Oeste de Uberlândia/MG), totalizando 437,00 Km de extensão.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Valores das investidas 31/12/2019		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	301	13	20%	20%	250	1.105	10	34
					250	1.105	10	34

c) Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2018	Amortização	31/12/2019
Ágio - Ecosul	3.724	(514)	3.210
Ágio - Anish	37.744	-	37.744
Ágio - Ecoporto - (direito de concessão)	329.338	(11.076)	318.262
	370.806	(11.590)	359.216

  

	31/12/2017	Amortização	31/12/2018
Ágio - Ecosul	4.238	(514)	3.724
Ágio - Anish	37.744	-	37.744
Ágio - Ecoporto - (direito de concessão)	340.414	(11.076)	329.338
	382.396	(11.590)	370.806

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de dezembro de 2019:

	ATIVO	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	PASSIVO	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)
<u>Controladas diretas</u>							
EIL01	354	354	-	354	-	-	354
Ecorodovias Concessões	4.777.563	899.074	3.878.489	4.777.563	947.530	2.856.443	979.590
Ecoporto Santos	719.990	31.737	688.253	719.990	255.188	107.583	357.219
Termares	33.249	12.654	20.595	33.249	11.300	9.254	12.695
Ecorodoanel	15.395	249	15.146	15.395	90	-	15.305
ELG01	56.237	82	56.155	56.237	-	-	56.237
EIL03	-	-	-	-	-	-	-
EIL04	-	-	-	-	-	-	-
Ecopátio	73.887	9.147	64.740	73.887	1.636	1.598	70.653
<u>Controladas indiretas</u>							
Ecovia	281.435	159.183	122.252	281.435	115.718	47.349	118.368
Ecosul	397.011	34.889	362.122	397.011	316.056	11.962	68.993
Ecovias	1.936.587	156.931	1.779.656	1.936.587	254.004	1.122.133	560.450
Ecocataratas	432.851	171.106	261.745	432.851	159.825	205.268	67.758
Ecopistas	1.626.098	162.033	1.464.065	1.626.098	209.588	829.350	587.160
Eco101	1.055.511	51.535	1.003.976	1.055.511	80.088	411.671	563.752
Ecoponte	679.474	210.230	469.244	679.474	53.162	425.590	200.722
Eco135	1.147.197	121.986	1.025.211	1.147.197	265.945	896.080	(14.828)
EIL02	1	1	-	1	-	-	1
Anish	64.148	173	63.975	64.148	1.062	7.142	55.944
Paquetá	11.049	49	11.000	11.049	4	-	11.045
Argovias	416.491	404	416.087	416.491	117	-	416.374
Eco050	1.312.992	73.210	1.239.782	1.312.992	79.052	817.853	416.087
Ecovias do Cerrado	292.058	280.699	11.359	292.058	12.328	-	279.730

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Receita Líquida	Custos dos Serviços Prestados	Lucro/ (prejuízo) Bruto	Despesas gerais e adm.	Amortização investimentos	Outras receitas/ (despesas), líquidas	Equivalência patrimonial	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes do Resultado financeiro	Resultado financeiro	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes dos impostos	Imposto de renda e contribuição social	Lucro/ (Prejuízo) líquido do exercício
<u>Controladas diretas</u>												
EIL01	-	-	-	-	-	-	-	-	14	14	(3)	11
Ecorodovias Concessões	179.475	(114.698)	64.777	(69.019)	(10.705)	(11.415)	256.468	230.106	(163.137)	66.969	42.143	109.112
Ecoporto Santos	110.032	(95.866)	14.166	(35.473)	-	54.051	-	32.744	(28.022)	4.722	593	5.315
Termares	57.449	(45.414)	12.035	(17.483)	-	25	-	(5.423)	(81)	(5.504)	1.773	(3.731)
Ecorodoanel	-	(4)	(4)	(370)	-	-	-	(374)	(19.866)	(20.240)	(3.997)	(24.237)
ELG01	-	-	-	-	-	-	(2.316)	(2.316)	3	(2.313)	(1)	(2.314)
EIL03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EIL04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecopátio	20.845	(19.428)	1.417	(4.515)	-	(38.476)	-	(41.574)	283	(41.291)	(984)	(42.275)
<u>Controladas indiretas</u>												
Ecovia	279.384	139.710)	139.674	(18.414)	-	(127.543)	-	(6.283)	(8.270)	(14.553)	(38.971)	(53.524)
Ecosul	378.442	(179.330)	199.112	(16.755)	-	45	-	182.402	(17.569)	164.833	(55.323)	109.510
Ecovias	1.138.289	(475.991)	662.298	(43.216)	-	1.696	-	620.778	(70.872)	549.906	(178.074)	371.832
Ecocataratas	339.750	(222.566)	117.184	(15.843)	-	(249.986)	-	(148.645)	(18.539)	(167.184)	(34.168)	(201.352)
Ecopistas	343.687	(201.635)	142.052	(19.002)	-	324	-	123.374	(84.040)	39.334	(11.514)	27.820
Eco101	441.800	(402.771)	39.029	(13.675)	-	175	-	25.529	(9.138)	16.391	(5.036)	11.355
Ecoponte	369.594	(313.713)	55.881	(11.557)	-	(1)	-	44.323	(11.099)	33.224	(9.850)	23.374
Eco135	279.810	(179.368)	100.442	(9.896)	-	(5)	-	90.541	(128.445)	(37.904)	12.370	(25.534)
EIL02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anish	26	-	26	(1.820)	-	-	(180)	(1.974)	(342)	(2.316)	-	(2.316)
Paquetá	-	-	-	(174)	-	-	-	(174)	(7)	(181)	-	(181)
Argovias	-	(28)	(28)	-	-	-	(975)	(1.003)	(3.301)	(4.304)	-	(4.304)
Eco050	209.507	(163.657)	45.850	(10.141)	-	218	-	35.927	(37.330)	(1.403)	428	(975)
Ecovia do Cerrado	-	(15)	(15)	-	-	-	-	(15)	882	867	(291)	576

## ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 14. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

## a) Controladora

	<i>Hardware</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	4,6	1,1	2,4	3,9	9,1	-
CUSTO						
Saldos em 31/12/2018	1.477	264	549	1.956	3.626	7.872
Adições	173	-	-	-	15	188
Baixas	(34)	-	-	-	(221)	(255)
Saldos em 31/12/2019	1.616	264	549	1.956	3.420	7.805
DEPRECIACÃO						
Saldos em 31/12/2018	(1.322)	(252)	(488)	(910)	(2.374)	(5.346)
Adições	(71)	(3)	(13)	(76)	(312)	(475)
Saldos em 31/12/2019	(1.393)	(255)	(501)	(986)	(2.686)	(5.821)
RESIDUAL						
Em 31/12/2019	223	9	48	970	734	1.984
Em 31/12/2018	155	12	61	1.046	1.252	2.526
	<i>Hardware</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	8,3	1,0	3,6	5,2	11,5	-
CUSTO						
Saldos em 31/12/2017	1.439	264	549	1.956	3.617	7.825
Adições	39	-	-	-	8	47
Transferência	(1)	-	-	-	1	-
Saldos em 31/12/2018	1.477	264	549	1.956	3.626	7.872
DEPRECIACÃO						
Saldos em 31/12/2017	(1.233)	(250)	(473)	(835)	(2.059)	(4.850)
Adições	(91)	(2)	(15)	(76)	(312)	(496)
Transferências	2	-	-	1	(3)	-
Saldos em 31/12/2018	(1.322)	(252)	(488)	(910)	(2.374)	(5.346)
RESIDUAL						
Em 31/12/2018	155	12	61	1.046	1.252	2.526
Em 31/12/2017	206	14	76	1.121	1.558	2.975

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Imobilizado andamento	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	-	4,0	20,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	7,9	5,1	7,5	-	42,4	-	3,4	23,1	29,0	6,9	-
CUSTO											
Saldos em 31/12/2018	285.354	280.474	27.746	55.164	21.703	69.837	225.970	21.083	10.495	22.983	1.020.809
Consolidação Ecopátio (i)	6.166	12.631	859	189	84.698	-	21.597	-	16.175	1.303	143.618
Aquisição Participação (ii)	85.169	5.307	775	-	-	-	-	11.957	-	1.541	104.749
Adições	14.389	6.337	1.177	15	-	69	475	468	2.919	3.245	29.094
Baixas	(327)	(2.045)	(40)	-	-	-	-	(3.326)	(6)	(1.652)	(7.396)
Transferências	6.517	17.253	(2.779)	15.186	(11.088)	(69.906)	9.549	113	(2.384)	(7.793)	(45.332)
Saldos em 31/12/2019	397.268	319.957	27.738	70.554	95.313	-	257.591	30.295	27.199	19.627	1.245.542
DEPRECIACÃO											
Saldos em 31/12/2018	(251.427)	(128.688)	(17.385)	-	(3.171)	-	(71.079)	(15.982)	(1.058)	(8.487)	(497.277)
Consolidação Ecopátio (i)	(5.745)	(9.266)	(520)	-	(44.163)	-	(10.223)	-	(6.228)	(786)	(76.931)
Aquisição Participação (ii)	(59.985)	(1.270)	(306)	-	-	-	-	(7.585)	-	(406)	(69.552)
Adições	(23.559)	(15.345)	(1.925)	-	(4.496)	-	(7.923)	(4.184)	(2.769)	(1.040)	(61.241)
Baixas	256	2.045	40	-	-	-	-	2.542	-	-	4.883
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	(340.460)	(152.524)	(20.096)	-	(51.830)	-	(89.225)	(25.209)	(10.055)	(10.719)	(700.118)
RESIDUAL											
Em 31/12/2019	56.808	167.433	7.642	70.554	43.483	-	168.366	5.086	17.144	8.908	545.424
Em 31/12/2018	33.927	151.786	10.361	55.164	18.532	69.837	154.891	5.101	9.437	14.496	523.532

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Imobilizado andamento	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	-	4,0	20,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	8,2	5,5	7,3	-	3,3	-	2,5	11,3	11,5	6,3	-
CUSTO											
Saldos em 31/12/2017	264.162	278.076	27.217	55.157	21.701	70.335	218.736	19.865	9.008	31.836	996.093
Adições	21.294	3.374	706	7	-	-	24	869	971	617	27.862
Baixas	(125)	(1.062)	(177)	-	-	-	-	(741)	(17)	1.024	(3.146)
Transferências	23	86	-	-	2	(498)	7.210	1.090	533	(8.446)	-
Saldos em 31/12/2018	285.354	280.474	27.746	55.164	21.703	69.837	225.970	21.083	10.495	22.983	1.020.809
DEPRECIACÃO											
Saldos em 31/12/2017	(232.356)	(120.650)	(15.738)	-	(2.750)	-	(62.324)	(14.308)	(244)	(9.832)	(458.202)
Adições	(19.043)	(9.165)	(1.858)	-	(422)	-	(6.472)	(2.044)	(956)	(1.171)	(41.131)
Baixas	125	1.023	161	-	-	-	-	741	6	-	2.056
Transferências	(153)	104	50	-	1	-	(2.283)	(371)	136	2.516	-
Saldos em 31/12/2018	(251.427)	(128.688)	(17.385)	-	(3.171)	-	(71.079)	15.982	(1.058)	(8.487)	(497.277)
RESIDUAL											
Em 31/12/2018	33.927	151.786	10.361	55.164	18.532	69.837	154.891	5.101	9.437	14.496	523.532
Em 31/12/2017	31.806	157.426	11.479	55.157	18.951	70.335	156.412	5.557	8.764	22.004	537.891

(i) Vide Nota Explicativa nº 7.b)

(ii) Vide Nota Explicativa nº 13.a.ii)

Em 31 de dezembro de 2019, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.



## 15. INTANGÍVEL

### Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) Controladora

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo		Amortização			Residual	
			Saldos em 31/12/2018	Adições	Saldos em 31/12/2019	Saldos em 31/12/2018	Adições	Saldos em 31/12/2019	31/12/2019 31/12/2018
<i>Softwares de terceiros</i>	20,0	10,2	1.091	18	1.109	(934)	(112)	(1.046)	63 157
			1.091	18	1.109	(934)	(112)	(1.046)	63 157

  

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo		Amortização			Residual	
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018	31/12/2018 31/12/2017
<i>Softwares de terceiros</i>	20,0	15,6	1.086	5	1.086	(766)	(168)	(934)	157 320
			1.086	5	1.086	(766)	(168)	(934)	157 320

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Ágio ELG-01	Outros	Direito de Uso - CPC06 (R2) (iii)	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	10,2	-	-	-	-	-
CUSTO								
Saldos em 31/12/2018	7.928.381	8.561	146.899	559.169	37.744	402	-	8.681.156
Consolidação Ecopátio (i)	-	-	5.518	-	-	1.003	24	6.545
Aquisição Participação (ii)	1.522.270	-	1.764	72.538	-	-	-	1.596.572
Adições	108.483	-	10.358	975.894	-	-	-	1.094.735
Baixas	(3.036)	-	-	(97)	-	-	-	(3.133)
Transferências	366.429	-	(169)	(320.603)	-	(325)	-	45.332
Direito de uso - CPC06 (R2)	-	-	-	-	-	-	15.333	15.333
Saldos em 31/12/2019	9.922.527	8.561	164.370	1.286.901	37.744	1.080	15.357	11.436.540
AMORTIZAÇÃO								
Saldos em 31/12/2018	(2.845.645)	(4.700)	(107.275)	-	-	(63)	-	(2.957.683)
Consolidação Ecopátio (i)	-	-	(4.938)	-	-	(279)	-	(5.217)
Aquisição Participação (ii)	(72.302)	-	(1.319)	-	-	-	-	(73.621)
Adições	(484.478)	(514)	(15.512)	-	-	(67)	(5.693)	(506.264)
Baixas	165	-	-	-	-	-	-	165
Transferências	-	-	12	-	-	(12)	-	-
Saldos em 31/12/2019	(3.402.260)	(5.214)	(129.032)	-	-	(421)	(5.693)	(3.542.620)
RESIDUAL								
Em 31/12/2019	6.520.267	3.347	35.338	1.286.901	37.744	659	9.664	7.893.920
Em 31/12/2018	5.082.736	3.861	39.624	559.169	37.744	339	-	5.723.473

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (ci)	Ágio ELG-01	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	12,4	-	-	-	-
<b>CUSTO</b>							
SalDOS em 31/12/2017	6.539.932	8.561	134.777	405.281	37.744	391	7.126.686
Adições	1.027.928	-	11.362	522.575	-	9	1.561.874
Baixas	(7.404)	-	-	-	-	-	(7.404)
Transferências	367.925	-	760	(368.687)	-	2	-
SalDOS em 31/12/2018	7.928.381	8.561	146.899	559.169	37.744	402	8.681.156
<b>AMORTIZAÇÃO</b>							
SalDOS em 31/12/2017	(2.470.826)	(4.186)	(90.178)	-	-	(55)	(2.565.245)
Adições	(374.819)	(514)	(17.104)	-	-	(1)	(392.438)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	7	-	-	(7)	-
SalDOS em 31/12/2018	(2.845.645)	(4.700)	(107.275)	-	-	(63)	(2.957.683)
<b>RESIDUAL</b>							
Em 31/12/2018	5.082.736	3.861	39.624	559.169	37.744	339	5.723.473
Em 31/12/2017	4.069.106	4.375	44.599	405.281	37.744	336	4.561.441

(i) Vide Nota Explicativa nº 7.b)

(ii) Vide Nota Explicativa nº 13.a.ii)

(iii) Vide Nota Explicativa nº 5

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2019, as principais adições nesta rubrica referem-se a: (i) Ecosul R\$5.909 restauração de pavimento reconstrução de pavimento rígido da balança, sinalização e implantação de drenos do Polo de Pelotas, obras no TAC R\$1.439 e R\$1.227 implantação de monitoramento e revitalização das praças de pedágio; (ii) Ecovias R\$7.717 sinalização horizontal, dispositivos de segurança, manutenção da infraestrutura viária, serviços de contenção nas encostas no Sistema Anchieta-Imigrantes e implantação conexão Porto de Santos; (iii) Ecocataratas R\$22.675 programas de recuperação de pavimentos e sinalização da Rodovia BR 277; (iv) Ecopistas R\$40.332 restauração de pavimento, desapropriação e OAEs e dispositivos de segurança Rodovia Carvalho e Pinto e Ayrton Senna; (v) Eco101 R\$46.025 adequações de imobilizado, sistemas de drenagem e obras de artes correntes, pavimentação e sinalização e duplicação subtrecho F36 km32,14 ao km35; (vi) Ecoponte R\$26.440 desapropriações, pavimentos diversos e inspeções de obras de artes especiais; (vii) Eco050 R\$212.406 projetos de imobilização nas instalações e pavimentação; (viii) Eco135 R\$93.318 obras civis nas praças de pedágios e trabalhos iniciais de pavimentação, sinalização, terraplenos, obras de artes especiais e subestações futura da sede Eco135.

## ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (b) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2019 foram 5,97% a.a. (5,19% a.a. em 31 de dezembro de 2018).
- (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2019 referem-se a: (i) Ecovia R\$11.554 restauração e manutenção de pavimento do acesso na BR 277; (ii) Ecosul R\$66.220 restauração e levantamento dos parâmetros de pavimentos e implantação de drenos de pavimentos do Polo Pelotas e R\$2.176 recuperação de obras de artes especiais; (iii) Ecovias R\$178.630 implantação da conexão Porto-Cidade de Santos, restauração de pavimento e recuperação e contenção de encostas; (iv) Ecocataratas R\$141 inspeções extraordinária de obras especiais e implantações de dissipador de energias da BR277; (v) Ecopistas R\$4.040 drenos de pavimentos da rodovia Carvalho Pinto, e restauração de passivos ambientais e condicionantes ambientais; (vi) Eco101 R\$201.110 obras na duplicação subtrecho EF35 Km 3052 e interseções Diamante Km 2980 e subtrecho F36 KM 3214 KM 33, pavimentações, desapropriações e passarela de contorno de Vitoria; (vii) Ecoponte R\$219.169 inspeções especiais de pavimentos e obras de arte especiais, e obras da construção da Alça da Linha Vermelha e Alça de ligação Av. Portuária/Av. Bras, desapropriações e recuperação de obras de artes especiais; (viii) Eco050 R\$115.552 projetos de imobilizações das instalações, reabilitação do pavimento, duplicações e melhorias trechos Km286800 ao Km309400, Trombeta-MG e Diamante-GO; (viv) Eco135 R\$20.249 trabalhos iniciais na rodovias, obras civis nas praças de pedágios e R\$53.373 capitalização de encargos e AVP sobre onus da Concessão (sem desembolso de caixa inicial); (x) Ecovias do Cerrado R\$11.359 projetos de estudos iniciais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram capitalizados R\$56.247 referentes a encargos financeiros (R\$27.680 em 31 de dezembro de 2018) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de 27,65%a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 15,52%a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não identificou fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis inferiores aos seus valores recuperáveis. Os principais fatores externos compreendem, substancialmente histórico e projeção de PIB, correlação das projeções de tráfego com PIB e histórico de geração de caixa e lucratividade de cada concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

## a) Tributos diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Consolidado					
	Consolidado			Balanço patrimonial		Resultado
	31/12/2018	Ecopátio (ii)	Aquisição Partic. (iii)	Adições	Baixas	31/12/2019
Realização do ágio na incorporação:						31/12/2019
Ecoporto	166.755	-	-	-	-	166.755
Ecosul	2.578	-	-	-	(350)	2.228
Ecocataratas	26.927	-	-	-	(9.231)	17.696
Ecopátio	-	3.180	-	-	(289)	2.891
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	44.340	660	594	4.325	(2.126)	47.793
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	61.723	-	14.998	48.438	(11.049)	114.375
Provisão para manutenção	108.962	-	11.708	63.146	(38.956)	144.860
AVP ônus Concessão	1.447	-	-	-	(280)	1.167
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	717	326	-	133	(711)	465
Efeito Lei nº 12.973/14 - extinção RTT	(45.089)	-	-	-	3.341	(41.748)
Depreciação societária	(9.255)	186	-	-	353	(8.716)
Juros capitalizados	(17.936)	(171)	(21.118)	1.381	(6.336)	(44.180)
Outros	3.545	-	3.560	4.816	(6.376)	5.280
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	344.714	4.181	9.742	122.239	(72.010)	408.866
Receita (despesas) de IR e CS diferido						50.229

# ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladoras: Ecorodovias Concessões e Serviços, Ecoporto Santos, Termares, Eco101, e Eco135.
- (ii) Vide Nota Explicativas nº 7.b)
- (iii) Vide Nota Explicativa nº 13.a.ii)

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos em 31 de dezembro de 2019 R\$421.425 no ativo não circulante e R\$12.559 no passivo não circulante. (Em 31 de dezembro de 2018 R\$ 367.380 no ativo não circulante e R\$ 22.666 no passivo não circulante).

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das controladas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
2019	-	-	-	40.531	782	41.313
2020	79.322	(1.194)	78.128	38.448	486	38.934
2021	83.244	(1.194)	82.050	36.179	(1.850)	34.329
2022	58.654	(3.596)	55.058	7.835	(1.847)	5.988
2023	70.844	(3.596)	67.248	7.835	(1.848)	5.987
2024	8.624	(199)	8.425	15.770	(1.226)	14.544
Posteriores a 2024 (*)	120.737	(2.780)	117.957	220.782	(17.163)	203.619
	<u>421.425</u>	<u>(12.559)</u>	<u>408.866</u>	<u>367.380</u>	<u>(22.666)</u>	<u>344.714</u>

(\*) Os valores acima de dez anos para realização estão relacionados a amortização de ágio (direito de concessão), ICPC01 e ajuste do RTT.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
(Prejuízo)/Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(185.280)	393.157	95.624	723.560
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	62.995	(133.673)	(32.512)	(246.010)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(1.099)	-
Gratificações/PPR diretores	(1.538)	(2.296)	(3.266)	(5.659)
Equivalência patrimonial	26.734	183.356	4	11
Despesas indedutíveis	(4)	(7)	(933)	(263)
Amortização de ágio	(3.941)	(3.940)	24.877	24.476
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	1.996	1.766
Créditos tributários não constituídos (i)	(58.893)	(50.099)	(106.278)	(98.051)
Créditos tributários Ecosul	-	(142)	-	(142)
Operações descontinuadas	61	-	61	-
Acordo Leniência (ii)	(25.552)	-	(161.727)	-
Outros	138	6.659	(2.027)	952
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	(142)	(280.904)	(322.920)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(142)	(331.133)	(327.910)
Impostos diferidos	-	-	50.229	4.990
Taxa efetiva	-	-	293,8%	44,60%

- (i) São compostos pelas empresas EcoRodovias Infraestrutura e Logística, Ecoporto Santos e Ecorodoanel.  
(ii) Vide Nota Explicativa nº 24.c).

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	45.091	24.551
Despesa IR/CS DRE	331.133	327.910
Total de IR/CS pagos	(362.842)	(307.370)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	13.382	45.091



ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda nacional:					
Finame (a)	Ecosul	11/2020	6,0%a.a.	46	97
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5%a.a.	124	168
Finame (b)	Ecocataratas	07/2020	6,0%a.a.	91	292
Finem (c)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45%a.a.	23.255	27.390
Finem (c)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45%a.a.	64.338	92.799
Finame (d)	Ecoporto Santos	10/2020	6,0%a.a.	1.125	2.919
Finem (e)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84%a.a.	159.100	169.567
Finem (e)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84%a.a.	227.305	187.354
Financiamento (f)	Eco101	12/2019	21,27%a.a.	-	111
Finem (g)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48%a.a.	59.222	51.410
Finem (g)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48%a.a.	118.812	28.461
Finem (g)	Ecoponte	06/2034	TJLP + 3,48%a.a.	18.511	-
BNDES (i)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	227.097	-
BDMG (j)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	90.414	-
FINISA – CEF (k)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	258.033	-
FDCO – CEF (l)	Eco050	04/2036	7,5% a.a.	134.817	-
Em moeda estrangeira:					
Finimp (h)	Ecoporto Santos	01/2023	Libor 6M+2,0%a.a.	-	85.173
				<u>1.382.290</u>	<u>645.741</u>
Circulante				97.105	81.029
Não circulante				1.285.185	564.712

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	79.283
2021	82.718	68.992
2022	76.532	60.998
2023	80.123	53.175
2024	81.028	42.081
Posterior a 2024	964.784	260.183
	<u>1.285.185</u>	<u>564.712</u>

A movimentação do exercício dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	645.741	583.368
Adições	189.485	115.926
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº 13.a.ii)	790.292	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 29)	105.579	70.512
Pagamento principal	(239.968)	(77.662)
Pagamento de juros	(108.839)	(46.403)
Saldo no fim do exercício	<u>1.382.290</u>	<u>645.741</u>

# ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(b)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre os patrimônio líquido e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%, com base nas informações da emissora; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão.
(d)	Ecoporto Santos	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(e)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão de direitos creditórios.
(f)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção dos índices	Alienação do bem.
(g)	Ecoponte	BNDES	Da Devedora: (i) A razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30; Da garantidora Ecorodovias Concessões: (iii) Razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.	Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela Ecorodovias.
(h)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	(i) Patrimônio Líquido Tangível > 20.000 (ii) Patrimônio Líquido/Ativo Total da controladora EcoRodovias I&L > 20%	Aval EcoRodovias Infraestrutura e Logística.
(i)	ECO050	BNDES	A razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado (ECS), deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(j)	ECO050	BDMG	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(k)	ECO050	Caixa/ FINISA	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.
(l)	ECO050	FDCO	Não exigem manutenção dos índices	Cessão dos Direitos creditórios e Penhor de ações.

O resumo dos índices financeiros em 31 de dezembro de 2019 está demonstrado a seguir:

#### Índices financeiros Ecopistas (c)

	Exigido	Medido
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	36,16%
(i) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,20	1,30
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	< 4,00	2,91

#### Índices financeiros Ecoponte (q)

	Exigido	Medido
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	34%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	4,77
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤ 4,00	2,54
(iv) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	≤ 4,00	3,06

#### Índices financeiros Eco050 (i)

	Exigido	Medido
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	≤ 4,00	3,06

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados são como segue:

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ecopistas

Subcrédito (*)	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	83.537	114 mensais
b	85.528	85.528	69.109	114 mensais
d	27.999	27.999	17.684	114 mensais
e	21.769	21.769	10.884	10 anuais
j	11.281	11.281	4.750	114 mensais
k	22.438	22.438	9.447	114 mensais
l	9.169	9.169	3.668	10 anuais
Total	277.384	277.384	199.079	

(\*) Os subcréditos c, f, g, h e i foram cancelados, através do 5º aditivo assinado em novembro de 2018.

Eco101

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	32.910	150 parcelas
B1	66.237	66.237	6.151	150 parcelas
B2	52.483	52.483	3.829	150 parcelas
B3	117.799	117.799	7.147	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	882.144	424.992	50.037	

Ecoponte

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.465	61.445	4.083	177 mensais
b	177.920	118.195	407	157 mensais
c	118.915	19.075	-	163 mensais
d	10.625	784	36	177 mensais
e	2.075	1.453	6	157 mensais
Total	417.000	200.952	4.532	

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Eco050

BDMG				
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	85.000	85.000	983	234 mensais
b	35.000	6.138	52	234 mensais
Total	120.000	91.138	1.035	

FINISA				
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	350.000	257.320	2.975	234 mensais
Total	350.000	257.320	2.975	

BNDES				
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	75.998	75.998	883	234 mensais
B1	17.026	17.026	197	234 mensais
B2	25.387	25.387	293	234 mensais
C1	18.912	18.912	219	234 mensais
C2	28.916	22.704	262	234 mensais
D1	19.603	-	-	234 mensais
D2	27.558	-	-	234 mensais
R	46.600	37.095	398	234 mensais
S	2.675	-	-	234 mensais
X	42.500	31.790	352	234 mensais
Y	48.000	-	-	234 mensais
Z	79.500	-	-	234 mensais
Total	432.675	228.912	2604	

FDCO				
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	200.000	147.035	13.772	40 semestrais
Total	200.000	147.035	13.772	

# ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
1ª Emissão - Ecovia Caminho do Mar	05/2019	106,5% CDI a.a.	-	-	-	161.665
1ª Emissão - Ecosul	05/2020	107,0% CDI a.a.	-	-	50.085	167.414
2ª Emissão - Ecosul	06/2020	110,75% CDI a.a.	-	-	59.775	50.123
3ª Emissão - Ecosul	06/2020	107,0% CDI a.a.	-	-	178.126	56.122
		IPCA + 3,80%a.a./IPCA				
2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	04/2024	4,28%a.a.	-	-	1.145.941	1.244.376
1ª Emissão - Ecocataratas	05/2019	106,5% CDI	-	-	-	208.864
1ª Emissão - Ecopistas	01/2023	IPCA+8,25% a.a.	-	-	343.358	407.561
1ª Emissão - Eco101	12/2020	CDI + 2,56% a.a.	-	-	25.007	25.000
1ª Emissão - Eco135	08/2020	117,5% CDI	-	-	226.149	226.224
1ª Emissão - Ecorodovias Concessões (Cessão)	04/2020	CDI+1,42% a.a.	-	-	186.412	373.229
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões (3ª Série)	10/2022	IPCA + 5,35% a.a.	-	-	600.999	694.574
3ª Emissão - Ecorodovias Concessões	08/2019	106,0% CDI	-	-	-	220.106
5ª Emissão - Ecorodovias Concessões	12/2019	114,85% CDI	-	-	-	100.113
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª e 2ª Série)	11/2022	106,0% e 110,25% do CDI	-	-	1.075.214	1.076.561
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (3ª Série)	11/2024	IPCA+6,0% a.a.	-	-	32.482	31.346
7ª Emissão - Ecorodovias Concessões	06/2025	IPCA + 7,4438% a.a.	-	-	380.841	365.532
		CDI + 1,30% a.a. /				
8ª Emissão - Ecorodovias Concessões	04/2026	IPCA + 5,50%	-	-	910.126	-
1ª Emissão - Ecorodoanel	03/2020	119,0% CDI	-	-	-	900.048
1ª Emissão - Ecoporto Santos	06/2019	CDI + 1,85% a.a.	-	-	-	125.290
2ª Emissão - Ecoporto Santos	06/2020	CDI + 1,85% a.a.	-	-	129.751	-
3ª Emissão - Ecoporto Santos	12/2020	CDI+1,75% a.a.	-	-	69.558	-
2ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	06/2019	105,5% CDI	-	89.770	-	-
3ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	04/2020	CDI +1,25% a.a.	131.505	131.265	131.505	131.265
4ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	12/2021	115,0% CDI	298.856	297.355	298.856	297.355
5ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	06/2020	CDI+1,35%	1.137.237	-	1.137.237	-
1ª Emissão - Eco050	12/2029	IPCA + 9% a.a.	-	-	84.394	-
1ª Emissão - Ecoponte	10/2034	IPCA + 4,4% a.a.	-	-	218.232	-
			1.567.598	518.390	7.284.048	6.862.768
Circulante			1.419.332	2.183	3.190.642	1.417.300
Não circulante			148.266	516.207	4.093.406	5.445.468

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	518.390	84.053	6.862.768	5.415.248
Adições	1.090.034	425.925	2.398.653	1.894.191
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº 13.a.ii)	-	-	86.102	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 29)	81.204	13.377	587.137	505.842
Pagamento principal	(80.000)	-	(2.115.326)	(592.388)
Pagamento de juros	(42.030)	(4.965)	(535.286)	(360.125)
Saldo no fim do exercício	1.567.598	518.390	7.284.048	6.862.768

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881.000 atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200.000, com juros remuneratórios de 3,80%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681.000, com juros remuneratórios de 4,28%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

1ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370.000, atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e

- (iv) 4ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

#### 2ª Emissão (Privada)

Em 14 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300.000, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100.000 referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70.000 referentes a segunda série, R\$40.000 referentes a terceira série e R\$40.000 referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 18 de dezembro de 2019, foram liquidados R\$50.000 referentes a quinta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

A emissão não conta com garantia de qualquer natureza.

#### Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/2016 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2019 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 3º aditamento para inclusão da Fiança da Interveniente Garantidora.

A emissão contou com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada. A referida debênture foi quitada em 15 de maio de 2019.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04 de março de 2016 105,7% do CDI *over* -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI *over*, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2020 107% do CDI *over*, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107,5% do CDI *over*, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

Em 11 de junho de 2018, foi firmado um aditivo à 2ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento das Debêntures para 17 de junho de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das Debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 110,75% do CDI sendo o primeiro pagamento em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 2 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,50% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.



Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 1º aditamento para inclusão da Fiança da Interveniente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 17 de maio de 2019.

#### Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 30 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,80% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

Em 14 de dezembro de 2018, foi firmado um aditivo à 1ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento das debêntures para 29 de dezembro de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 2,56% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

#### Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

##### 1ª Emissão (EcoRodovias Infraestrutura – Cessão de dívida)

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600.000.

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura onde a Emissora (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos as Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora ("cessão"). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

- (i) 1ª série R\$232.000, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,18% a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;

- (ii) 2ª série R\$368.000, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,42%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

#### 2ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800.000, sendo:

- (i) 1ª série R\$240.000, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 0,79%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;
- (ii) 2ª série R\$160.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

#### 3ª Emissão

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 114,0% do CDI *over*, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

Em 08 de fevereiro de 2018, foi firmado um aditivo à 3ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento das debêntures para 08 de agosto de 2019. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecida nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidiram juros remuneratórios de 106% do CDI *over*, pagos semestralmente sendo o primeiro pagamento em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 08 de agosto de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 08 de agosto de 2019.

#### 4ª Emissão

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

#### 5ª Emissão

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 109,0% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

Em 17 de dezembro de 2018, foi formalizado o 1º aditivo à 5ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento para 22 de dezembro de 2019. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 114,85% do CDI *over*, pagos em 22 de dezembro de 2018 e junto com a amortização em 22 de dezembro de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 23 de dezembro de 2019.

#### 6ª Emissão

Em 14 de dezembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$1.100.000, sendo:

- (i) 1ª série R\$319.550, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,0% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;

- (ii) 2ª série R\$750.450, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 110,25% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2022, amortização paga em duas parcelas anuais, em 15 de novembro de 2021 e 15 de novembro de 2022; e
- (iii) 3ª série R\$30.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 6,0%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de novembro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2024, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

#### 7ª Emissão

Em 4 de julho de 2018, foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$350.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 7,4438%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de junho, o primeiro pagamento será em 15 de junho de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de junho de 2025, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de junho nos anos de 2024 e 2025;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

#### 8ª Emissão

Em 22 de maio de 2019, foi realizada a 8ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, no valor nominal total de R\$900.000.

- (i) 1ª série R\$833.675, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,30%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização será paga em parcela única na data do vencimento; e
- (ii) 3ª série R\$66.325, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,5031%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento será em 15 de abril de 2020 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2026, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de abril nos anos de 2025 e 2026.

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

2ª emissão

Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,50% do CDI *over*. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020. A controlada direta Ecorodovias Concessões S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e as apresenta em suas demonstrações na rubrica "Partes Relacionadas".

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A emissão não requer a manutenção de índices financeiros (*covenants*).

Em 14 de junho de 2019, ocorreu o pré-pagamento da referida debênture.

3ª emissão

Em 13 de abril de 2018, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$130.000. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,25% a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização será paga em parcela única em 15 de abril de 2020.

As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

4ª emissão

Em 27 de dezembro de 2018, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$300.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 3 anos a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2021. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 115,00% do CDI *over*. Os juros serão pagos semestralmente sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro, com primeiro vencimento em 15 de junho de 2019 e o último pagamento no vencimento. A amortização será paga em duas parcelas, em 15 de dezembro de 2020 e na data de vencimento 15 de dezembro de 2021.

As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

5ª emissão

Em 14 de junho de 2019, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$1.100.000. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,35% a.a. O prazo de vencimento das Debêntures será de 1 ano a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 14 de junho de 2020.

As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel

Em 29 de março de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$900.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 119,0% do CDI, os juros serão pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de junho, setembro, dezembro e março, com primeiro vencimento em 15 de junho de 2018 e o último pagamento no vencimento e a amortização em parcela única na data de vencimento 15 de março de 2020.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Em 09 de outubro de 2019, a controladora direta Ecorodoanel, realizou o pré-pagamento da sua 1ª emissão de debêntures simples, pelo montante de R\$905.676. sendo R\$900.000 referentes ao principal, R\$3.868 referentes aos juros e R\$1.808 referentes ao prêmio pela antecipação de pagamento.

Ecoporto Santos S.A.

1ª emissão

Em 15 de junho de 2012, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$600.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescidos de 1,85%a.a., pagos anualmente sempre no dia 15 dos meses de junho dos anos 2013 a 2019. A amortização do principal foi paga em 6 parcelas anuais sempre no dia 15 de junho dos anos 2014 a 2019.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em junho de 2019.

2ª emissão

Em 27 de junho de 2019, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$130.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescidos de 1,85%a.a., pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 26 de junho e dezembro, o primeiro pagamento será em 26 de dezembro de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 26 de junho de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;

A emissão conta com garantia fidejussória adicional na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

3ª emissão

Em 20 de dezembro de 2019, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$70.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescidos de 1,75%a.a. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 21 de dezembro de 2020.

A emissão conta com garantia fidejussória adicional na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 15 de agosto de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$225.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 117,50% do CDI over, pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2018 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 15 de agosto de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.

Em 02 de Março de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia real fidejussória em série única, no valor nominal total de R\$90.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 9,0% a.a pagos semestralmente a partir da data de emissão, o primeiro pagamento foi em 15 de junho de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 17 de Dezembro de 2029.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Em 19 de Novembro de 2019, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$230.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 4,4% a.a pagos anualmente a partir da data de emissão, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2020 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2034.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	-	-	-	(1.694)	(1.694)
2020	-	-	-	369.784	(1.319)	368.465
2021	150.000	(1.734)	148.266	150.000	(564)	149.436
	150.000	(1.734)	148.266	519.784	(3.577)	516.207

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	-	-	-	(1.590)	(1.590)
2020	-	-	-	2.632.406	(10.588)	2.621.818
2021	852.136	(10.859)	841.277	840.190	(5.950)	834.240
2022	994.199	(6.847)	987.352	964.979	(3.084)	961.895
2023	369.201	(5.148)	364.053	346.907	(1.429)	345.478
2024	1.370.845	(3.701)	1.367.144	330.135	(574)	329.561
Posteriores a 2024	549.523	(13.156)	536.367	354.650	(584)	354.066
	4.135.904	(39.711)	4.096.193	5.469.267	(23.799)	5.445.468

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	< 3,5x > 2,0x	1,35x 11,14x
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	> 20% ≥ 1,20x < 4,0x ≤ 5,5x	36,16% 2,29x 2,87x 3,56x
Ecosul	1ª 2ª 3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x < 3,0x ≤ 3,5x	1,12x 1,12x 1,12x
Ecorodovias Concessões	1ª 2ª 3ª 4ª 5ª 6ª 7ª 8ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x ≤ 3,75x > 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,5x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≥ 2,0x ≤ 3,75x ≤ 4,00x	3,06x 3,06x 2,71x 3,06x 3,03x 3,06x 3,03x 3,06x 3,03x 3,06x 3,03x 3,06x 2,97x
Eco135 (Interveniente Garantidora - ECS)	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,98x
Eco050	1ª	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida Patrimônio líquido/Passivo total	≥ 1,20x > 20%	1,31x 31,69%



ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O *covenants* não financeiras prevê cláusula de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Ecorodovias Concessões e Serviços	3ª série	15/10/2012	400.000	(11.043)	388.957	IPCA + 5,35% a.a.	11,10% a.a.
	2ª série	24/05/2015	368.000	(2.609)	365.391	CDI + 1,42% a.a.	11,88% a.a.
	Série única	12/04/2017	300.000	(111)	299.889	105,5% CDI	5,49% a.a.
	1ª série	14/12/2017	319.550	(843)	318.707	106,0% CDI	9,09% a.a.
	2ª série	14/12/2017	750.450	(1.977)	748.473	110,25% CDI	5,80% a.a.
	3ª série	14/12/2017	30.000	(87)	29.913	IPCA + 6,0% a.a.	9,66% a.a.
	Série única	04/07/2018	350.000	(1.972)	348.028	IPCA + 7,4438% a.a.	11,01% a.a.
	1ª série	22/05/2019	833.675	(3.937)	829.738	CDI + 1,30% a.a.	5,89% a.a.
	3ª série	22/05/2019	66.325	(296)	66.029	IPCA + 5,5% a.a.	8,87% a.a.
Ecorodovias Infraestrutura e Logística	Série única	13/04/2018	130.000	(1.167)	128.833	CDI + 1,25%	7,20% a.a.
	Série única	15/12/2018	300.000	(2.907)	297.093	115,00% do CDI	5,82% a.a.
	Série única	14/06/2019	1.100.000	(9.813)	1.090.187	CDI+1,35%	6,40% a.a.
Ecovias dos Imigrantes	1ª série	15/04/2013	200.000	(6.890)	193.110	IPCA + 3,80% a.a.	9,75% a.a.
	2ª série	15/04/2013	681.000	(23.462)	657.538	IPCA + 4,28% a.a.	9,44% a.a.
Ecopistas	1ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,56% a.a.
	2ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,74% a.a.
	3ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,69% a.a.
	4ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a	14,59% a.a.
	1ª série	14/07/2017	100.000	(171)	99.829	105,0% do CDI	5,30%a.a.
	2ª série	14/12/2017	70.000	(120)	69.880	105,5% do CDI	5,12%a.a.
	3ª série	14/12/2017	40.000	(69)	39.931	105,5% do CDI	5,11%a.a.
	4ª série	14/12/2017	40.000	(69)	39.931	105,5% do CDI	5,09%a.a.
	5ª série	18/12/2019	50.000	(86)	49.914	105,5% do CDI	4,62%a.a.
Eco101	Série única	30/06/2017	25.000	(242)	24.758	CDI + 2,56% a.a.	8,38% a.a.
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	(258)	147.742	107,0% CDI	10,91% a.a.
Ecosul	Série única	17/01/2017	50.000	(122)	49.878	110,75% CDI	7,72% a.a.
Ecosul	Série única	02/06/2017	50.000	(175)	49.825	107,0% CDI	6,82% a.a.
Eco135	1ª emissão	15/08/2018	225.000	(1.330)	223.670	117,5% CDI	6,54% a.a.
Ecoponte	Série única	19/11/2019	230.000	(15.246)	214.754	IPCA + 4,4% a.a.	7,88% a.a.
Ecoporto Santos	Série única	27/06/2019	130.000	(745)	129.255	CDI + 1,85% a.a.	6,81% a.a.
	Série única	20/12/2019	70.000	(543)	69.457	CDI + 1,75% a.a.	6,18% a.a.
Eco050	Série única	02/03/2018	90.000	(13.904)	76.096	IPCA+9%	12,69% a.a.
			7.517.000	(113.214)	7.403.786		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 19. ARRENDAMENTOS A PAGAR – CONSOLIDADO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2019</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	<u>12.772</u>
Circulante	7.291
Não circulante	5.481

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>
Adoção inicial CPC 06(R2) (vide Nota Explicativa nº 5)	15.333
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº 13.a.ii)	721
Consolidação Ecopátio (vide Nota Explicativa nº 7.b)	24
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 29)	11.880
Pagamento principal	(3.306)
Pagamento de juros	<u>(11.880)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>12.772</u>

## 20. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado			
		Circulante	Não circulante/ (Intangível)	Circulante	Não circulante	Receita	Receita Juros de mútuo	Juros Cessão de dívida	Custos e Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controlada direta	910	-	-	-	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controlada direta	-	-	-	-	-	-	-	10.535
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controlada direta	-	-	-	-	-	-	18.810	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (d)	Controlada indireta	115	-	-	-	670	-	-	-
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel (e)	Controlada direta	80	-	-	-	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (f)	Controlada direta	-	-	-	-	-	2.591	-	-
Termares Term. Mar. Alfandegados Ltda. (g)	Controlada direta	-	5.176	-	-	-	309	-	-
Total em 31 de dezembro de 2019		1.105	5.176	-	-	670	2.900	18.810	10.535
Total em 31 de dezembro de 2018		29.708	42.029	174.000	808.146	633	27.393	69.884	

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante Clientes	Não circulante/ (Intangível)	Circulante	Receita de Locação de Imóveis	Custos e Despesas	
Empr.Concess.de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (d)	Controlada	-	-	-	670	-	
Igli (o)	Outras partes relacionadas	-	-	1.342	-	-	
CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda.(i)	Outras partes relacionadas	-	66.740	2.431	-	-	
TB Transportadora Betumes Ltda.(i)	Outras partes relacionadas	-	3.401	70	-	-	
Consórcio MG135 (j)	Outras partes relacionadas	-	8.336	-	-	-	
Consórcio Binário Porto de Santos (k)	Outras partes relacionadas	-	95.428	6.430	-	-	
Consórcio Alças da Ponte (l)	Outras partes relacionadas	-	161.852	11.212	-	-	
Consórcio BR050 (m)	Outras partes relacionadas	-	39.029	9.545	-	-	
Consórcio Baixada Santista (n)	Outras partes relacionadas	-	3.930	-	-	-	
Consórcio PSG.(h)	Outras partes relacionadas	-	3.110	198	-	-	
Total em 31 de dezembro de 2019		-	381.826	31.228	670	-	
Total em 31 de dezembro de 2018		186	173.749	19.881	-	8.203	

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao rateio de custos da remuneração dos diretores compartilhados entre a Companhia e a Controlada Ecorodovias Concessões e Serviços (vide nota de Remuneração dos Administradores).
- (b) Em 14 de junho de 2019 ocorreu a liquidação do contrato de mútuo com a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.. O mútuo foi corrigido pela taxa de 105,0% do CDI e seu vencimento original era 12 de junho de 2020.
- (c) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. o qual será ajustado nos mesmos termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1ª série CDI+1,18%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2018 e - 2ª série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2020. O vencimento final do pagamento da Cessão de dívida é dezembro de 2023, em 14 de junho de 2019 ocorreu a liquidação do referido contrato.
- (d) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da controlada indireta Ecosul, pertencente a Companhia. O saldo em aberto a receber de R\$115, (de aluguéis já incorridos) tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos.
- (e) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) Ocorreu em 27 de dezembro de 2019 a quitação do contrato de mútuo, sendo a mutuante a controladora Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI e seu vencimento original era em 31 de dezembro de 2021.
- (g) Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuária Termares. O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31 de dezembro de 2021.
- (h) O Consórcio PSG, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., irá presta serviços das obras de interligação das Rodovia SP-150 e a Rodovia SP-055, Ponte Santos - Guarujá. O preço global firmado é de R\$ 3.500. e o prazo final para execução destes serviços é 31 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto de R\$198 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (i) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$159.596. O prazo para execução desses será até 31 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos em aberto a pagar de R\$2.501 (de serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

- (j) O Consórcio MG-135, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda, prestou serviço de execução da infraestrutura das 06(seis) Praças de Pedágios a serem implantadas nas rodovias sob concessão da Controlada. O preço global firmado é de R\$30.734. que finalizou a execução destes serviços em 20 de março de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, não há saldos em aberto (de serviços já realizados).
- (k) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviço de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150 , municípios de Santos e Cubatão. O preço global firmado é de R\$184.837 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2020. Em 31 de dezembro do 2019, o saldo em aberto de R\$6.430 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (l) O Consórcio Alças da Ponte, pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado é de R\$347.096 e o prazo de execução desses serviços é 31 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo em aberto a pagar de R\$11.212 (de serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (m) O Consórcio BR 050, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., presta serviço de "Execução dos Serviços de Duplicação do KM 286+800 ao 309+400 da Rodovia BR-050/GO e Recuperação de Pavimento da Rodovia BR-050/GO do KM 95+700 ao 314+000. " O preço global firmado é de R\$137.810 e o prazo final para execução destes serviços é 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto de R\$9.545 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (n) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., prestou serviço de "Recuperação do Pavimento Flexível nas Rodovias que compõe o SAI - SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES e usinagem de CBUQ, inclusive com Asfaltos Modificados na Unisa das Ecovias" . O preço global firmado é de R\$51.300 e o prazo final para execução destes serviços é 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2019, Não há saldos em aberto (de serviços já realizados).
- (o) Refere-se a reembolso de despesas administrativas.

# ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2019 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	31/12/2019	31/12/2018
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	10/2010	03/2025	100% CDI + 1,20% a.a.	151.043	142.317
	EcoRodovias					
Ecorodovias Concessões	Infraestrutura	06/2015	06/2020	105,0% CDI	-	353.073
Ecorodovias Infra	Ecoporto Santos	10/2015	12/2021	105,0% CDI	-	37.115
Ecorodovias Infra	Termares	11/2015	12/2021	105,0% CDI	5.176	4.914
Termares	Ecoporto Santos	09/2015	12/2021	105,0% CDI	2.525	6.246
Termares	Ecoporto Santos	10/2015	12/2021	105,0% CDI	-	2.114
					<u>158.744</u>	<u>545.779</u>

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2019 em R\$13.145 (R\$19.324 para o exercício de 2018), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração do exercício provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração (fixa/variável)	4.003	5.762
Gratificação	616	4.500
Plano de opção com base em ações	-	68
Remun. baseada em ações ( <i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> )	1.312	713
Seguro de vida	2	4
Assistência saúde	141	113
Previdência privada	44	175
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP ( <i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i> ))	521	1.898
	<u>6.639</u>	<u>13.233</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

## 21. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas média de 8,10% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Aquisição de Participação (i)	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 28)	1.328.191	44.138	241.993	-	-	1.614.322
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 28)	(275.212)	(13.241)	(41.120)	-	-	(329.573)
Realização da manutenção	(929.908)	-	-	(169.757)	-	(1.099.665)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 29)	197.404	3.538	-	-	40.313	241.255
	<u>320.475</u>	<u>34.435</u>	<u>200.873</u>	<u>(169.757)</u>	<u>40.313</u>	<u>426.339</u>
Circulante	79.074					147.328
Não circulante	241.401					279.011

	31/12/2017	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 28)	1.142.368	185.823	-	-	1.328.191
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 28)	(232.403)	(42.809)	-	-	(275.212)
Realização da manutenção	(809.532)	-	(120.376)	-	(929.908)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 29)	169.191	-	-	28.213	197.404
	<u>269.624</u>	<u>143.014</u>	<u>(120.376)</u>	<u>28.213</u>	<u>320.475</u>
Circulante	90.503				79.074
Não circulante	179.121				241.401

(i) Vide Nota Explicativa nº 13.a.ii

## 22. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela controladas indiretas em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para obras futuras	149.155	(3.671)	-	145.484
Efeito do valor presente sobre a constituição	(23.540)	3.086	-	(20.454)
Realização da construção	(47.803)	(57.779)	-	(105.582)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 29)	19.055	-	(1.241)	17.814
	<u>96.867</u>	<u>(58.364)</u>	<u>(1.241)</u>	<u>37.262</u>
Circulante	71.841			36.495
Não circulante	25.026			767

  

	31/12/2017	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	31.180	-	-	149.155
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	(2.213)	-	-	(23.540)
Realização da construção	(47.321)	-	(482)	-	(47.803)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 29)	15.939	-	-	3.116	19.055
	<u>65.266</u>	<u>28.967</u>	<u>(482)</u>	<u>3.116</u>	<u>96.867</u>
Circulante	57.568				71.841
Não circulante	7.698				25.026

23. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO

i) Outorgas fixas e variáveis

	31/12/2019	31/12/2018
Parcelas:		
Variável - Ecovias (a)	1.507	1.482
Variável - Ecopistas (a)	460	445
Outras Ecovia - Verba de fiscalização (b)	287	277
Outras Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (c)	436	588
Variável - Ecosul (d)	254	232
Outras Ecocataratas - Verba de fiscalização (e)	336	325
Taxa de fiscalização - Ecoponte (f)	290	276
Taxa de fiscalização - Eco101 (g)	557	532
Outras Ecocataratas – PRE/PRF (h)	2.788	2.663
Outras Ecoporto - Taxas CODESP (i)	705	977
Outras Termares - Taxas CODESP (i)	25	114
Fixas - Eco135 (j)	900.267	767.527
Taxa de fiscalização - ECO050 (k)	911	-
	<u>908.823</u>	<u>775.438</u>
Circulante	18.064	10.608
Não circulante	890.759	764.830



- a) A parcela variável das controladas indiretas Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- b) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado mensal é de R\$287 (R\$277 em 31 de dezembro de 2018).
- c) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada indireta Ecovia.
- d) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- e) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2019, a parcela reajustada é de R\$336 (R\$325 em 31 de dezembro de 2018).
- f) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado é de R\$290 (R\$276 em 31 de dezembro de 2018).
- g) Taxa de fiscalização da controlada indireta Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2019, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$557 (R\$532 em 31 de dezembro de 2018).
- h) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.
- i) Referem-se ao pagamento de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo – CODESP, das controladas Ecoporto Santos e Termares, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.
- j) Conforme contrato de concessão da controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947.
- k) Refere-se a verba de fiscalização da controlada indireta Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A., recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes (ANTT). O valor mensal em 31 de dezembro de 2019 corresponde à R\$455.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, as controladas indiretas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

As controladas indiretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

A movimentação do exercício das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	775.438	13.488
Adição (i)	-	2.312.752
AVP da constituição (i)	-	(1.605.947)
Aquisição de participação (vide Nota Explicativa nº 13.a.ii)	455	-
Custo (vide Nota Explicativa nº 28)	68.217	61.183
Intangível	2.323	2.223
Realização do AVP (ii)	18.134	34.980
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 29)	120.378	(50)
Custos financeiros capitalizados (ii)	35.239	25.743
Pagamento do principal	(111.361)	(68.934)
Saldo no final do exercício	908.823	775.438

(i) Refere-se ao contrato de concessão da controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A..

(ii) Conforme item 32 do Pronunciamento técnico CPC04 – Ativos Intangíveis, a controlada Eco135 está capitalizando os custos financeiros até a data do início da cobrança de pedágio.

## ii) Outros compromissos relativos a concessões

### Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A concessionária também é responsável pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir:

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

### Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista administrando 176,8 quilômetros de extensão.

*Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul*

A Concessionária tem como objeto exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas.

*Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas*

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
  - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
  - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
  - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
  - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

*Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas*

A Concessionária tem como objeto a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

*ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.*

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.
- Verba de fiscalização ANTT: a concessionária deverá recolher a ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.
- Verba de segurança no trânsito: a concessionária deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados a prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km.

Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. – Eco050

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- promover a recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do Sistema Rodoviário do lote que compreende o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão “Edital nº 001/2013 Parte VII”, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 05 de dezembro de 2013. A exploração da rodovia se dará mediante a cobrança de tarifa de pedágio, tendo como prazo de concessão 30 anos contados a partir de 08 de janeiro de 2014, data da assunção do Contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme definido pela ANTT, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em quatro frentes:

- Frente de Recuperação e Manutenção;
- Frente de Ampliação de Capacidade e Manutenção de nível de serviço;
- Frente de Conservação;
- Frente de Serviços Operacionais.

Ecovias do Cerrado S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365/GO/MG, no trecho do entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479 (Contorno Oeste de Uberlândia/MG), bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados, a execução e gestão dos serviços complementares, e o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela Companhia.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2019, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos relativos a Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., a Concessionária de Rodovias Minas Gerais S.A. e a Concessionária Ecovias do Cerrado S.A., estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

31/12/2019								
Previsão ao fim do prazo de concessão								
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	Total
Natureza dos custos								
Melhorias na infraestrutura	38.176	104.633	117.366	41.241	53.712	1.417.296	354.944	2.127.368
Conservação especial (manutenção)	23.510	164.366	107.991	114.334	559.976	663.460	300.706	1.934.343
Equipamentos	10.882	38.317	54.398	9.465	240.588	362.467	88.810	804.927
Total	72.568	307.316	279.755	165.040	854.276	2.443.223	744.460	4.866.638

31/12/2018								
Previsão ao fim do prazo de concessão								
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	Total
Natureza dos custos								
Melhorias na infraestrutura	61.976	169.068	277.598	47.595	78.657	1.557.704	578.503	2.771.101
Conservação especial (manutenção)	27.147	68.280	179.458	153.410	428.813	682.198	427.050	1.966.356
Equipamentos	10.977	37.515	54.393	9.075	231.126	355.576	86.959	785.621
Total	100.100	274.863	511.449	210.080	738.596	2.595.478	1.092.512	5.523.078

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável a Ecopistas, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas. A Fazenda Pública do Estado e a ARTESP recorreram da desta decisão em 11 de maio de 2018, estamos no aguardo do julgamento deste recurso na 2ª Instância.

Em 24 de abril de 2018, a Ecovias dos Imigrantes assinou com Artesp um aditivo contratual, que incluiu obras no valor de R\$270.000 no contrato de concessão, que será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, com extensão do prazo da concessão em 7 meses e 24 dias.

#### 24. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

##### Informações adicionais sobre o contrato de concessão

##### a) Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Em dezembro/2018 o recurso apresentado pela Concessionária foi provido, afastando-se a instauração da tomada de contas especial.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

##### b) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias

do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 06 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

c) Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas

Acerca do inquérito policial nº 5002963-29.2015.404.7013 e do inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016, a Companhia informou que ambas investigações são conduzidas atualmente pela 23ª Vara Federal de Curitiba/PR. Com relação às buscas e apreensões para obter informações sobre as subsidiárias da Companhia Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas, prisão temporária de 1 (um) diretor superintendente e preventiva de 1 (um) colaborador (ambos já em liberdade e desligados dos seus cargos) cujas ordens emanaram do processo de busca e apreensão nº 5036128-042.2018.4.04.7000, a Companhia informou que foi oferecida e aceita denúncia contra estes dois executivos desligados nos autos da ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000. As subsidiárias Concessionária Ecovia Caminho do Mar, Rodovia das Cataratas – Ecocataratas e Ecorodovias Concessões e Serviços informaram que não foram objeto de denúncia em ação penal, apenas seus executivos desligados, havendo pedido do Ministério Público Federal de fixação de montante mínimo para reparação de danos, estimado para a Ecovia a importância de R\$200.499 e para a Ecocataratas a importância de R\$935.476.

No complemento dos procedimentos internos realizados pela administração da Companhia, em conformidade com o Comitê Corporativo de Gestão de Crises, o Conselho de Administração, aprovou em 7 de março de 2018 a criação de um Comitê Independente para reporte direto ao Conselho de Administração, com o objetivo de apurar as alegações feitas contra a Companhia e suas subsidiárias, assegurar que a investigação fosse conduzida de forma independente e elaborar relatório final referente aos achados da investigação, bem como as recomendações cabíveis.

Tais trabalhos de investigação independente foram finalizados com a apresentação em 07 de fevereiro de 2019 do relatório final ao Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que indicou serem inconclusivos em relação à existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal e não indicaram o cabimento de medidas judiciais ou disciplinares. O Comitê Independente encerrou seus trabalhos e foi dissolvido em 15 de fevereiro de 2019.

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a Ecovia, contra suas sociedades relacionadas, a ECS e a Companhia, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias sob a alegação de que o contrato de concessão e seus aditivos seriam nulos, pois seriam produto de conluíus ilícitos investigados na Operação Integração. O Estado do Paraná e o DER/PR pleitearam tutelas de urgência e cautelar voltadas à abertura das cancelas das praças de

pedágio/redução das tarifas, ao depósito ou bloqueio de valores, à decretação de indisponibilidade de bens da concessionária e de suas acionistas e à quebra de sigilo bancário da Ecovia. Como pedidos finais, o Estado do Paraná e o DER/PR pretendem a reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção contra a Ecovia. O valor pleiteado pelo Estado do Paraná e pelo DER/PR, de R\$4.945.904, corresponde, segundo o Estado do Paraná e o DER/PR, ao montante total arrecadado pela Ecovia ao longo de toda a concessão.

O Conselho de Administração da Companhia concluiu, em 12 de agosto de 2019, pela celebração de um acordo de leniência ("Acordo de Leniência") para regular a continuidade dos negócios da Companhia e das Concessionárias do Paraná. O referido acordo foi firmado com o MPF do Paraná, homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, estabeleceu que: (a) a Companhia ou a ECS devem pagar o valor de R\$30.000 a título de multa prevista na Lei de Improbidade; (b) a Ecovia deve arcar com R\$20.000 de obras e R\$100.000 de redução tarifária; e (c) a Ecocataratas deve arcar com R\$130.000 de obras e R\$120.000 de redução tarifária. A redução da tarifa de pedágio ocorre em favor dos usuários de todas as praças de pedágio operadas pelas Concessionárias do Paraná na razão de 30% por, pelo menos, 12 (doze) meses. Adicionalmente, as Concessionárias do Paraná sujeitar-se-ão ao aprimoramento e acompanhamento de seu programa de ética e compliance por monitor independente.

Também ficou estabelecido no Acordo de Leniência o encerramento, por parte do MPF, dos procedimentos de natureza criminal e das discussões de natureza cível, inclusive em relação a atos de improbidade contra a Companhia e suas controladas, bem como a concordância do MPF para a utilização dos valores compreendidos no Acordo de Leniência para compensar eventuais pagamentos que a Companhia, o ECS e as Concessionárias do Paraná venham a realizar em relação a eventuais ações propostas por autoridades governamentais acerca de fatos tratados no Acordo de Leniência. O MPF já manifestou desistência do pedido de bloqueio de bens no valor de R\$185.368 em contas bancárias mantidas em nome das Concessionárias Ecovia e Ecocataratas (Arresto nº 5008589-29.2019.4.04.7000) na ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000. O MPF, ainda, se comprometeu a concordar com a utilização dos valores compreendidos no Acordo de Leniência para compensação na Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR ("ACP"). Diante da decisão negando o pedido das Concessionárias e esclarecendo que o pedido do MPF deveria ser feito diretamente ao TRF, as Concessionárias apresentaram recurso e o MPF direcionou o seu pedido de desistência dos bloqueios diretamente ao TRF.

Em 31 de outubro de 2019, a Companhia recebeu notificação prévia encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando o início de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática atos lesivos contra a Administração Pública. As notificações também foram recebidas pelas Concessionárias Ecovia (01 de novembro de 2019) e Ecocataratas (04 de novembro de 2019) sendo apresentadas as defesas prévias pela Companhia e suas Controladas. Ao MPF foi direcionado ofício pela CGE/PR solicitando o compartilhamento dos anexos do Acordo de Leniência firmado. Em resposta a este ofício, o MPF defendeu a impossibilidade de se utilizar as informações da leniência para se aplicar sanção ou consequência negativa aos colaboradores em extensão maior do que o que já consta do acordo, solicitando ao Estado a confirmação da integral anuência à impossibilidade de utilização das informações para aplicações de sanções, bem como aos termos do Acordo de Leniência. O processo administrativo aguarda decisão.

Independentemente do processo administrativo de responsabilização (PAR), em 07 de janeiro de 2020 a Companhia e sua controlada direta ECS comunicaram ao mercado a



ciência da publicação da Resolução CGE nº 67/19, da Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR), que determinou cautelarmente a suspensão temporária do direito das Concessionárias Ecocataratas e Ecovia de participarem de novas licitações e celebrar novos contratos com a Administração Pública do Estado do Paraná. As Concessionárias Ecovia e Ecocataratas formularam pedido judicial de liminar para suspender os efeitos da Resolução CGE nº 67/19 diante da impossibilidade de aplicação de sanções sem o prévio procedimento administrativo e o direito à ampla defesa e contraditório. O pedido liminar aguarda decisão do juiz da causa.

d) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos") tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. Até o momento foram celebrados 5 termos de aditamento ao Contrato, sem alteração da vigência inicialmente estabelecida. No entanto, a cláusula 16ª do Contrato prevê a possibilidade de prorrogação de sua vigência por igual período (25 anos), observada a regulamentação setorial. Com o advento do novo marco regulatório do setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério da Infraestrutura, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ") responsável pela fiscalização e regulação. O Ecoporto Santos tempestivamente solicitou a prorrogação antecipada da vigência do Contrato, instruindo o processo com os documentos pertinentes. Em 19 de dezembro de 2019 foi publicada a Resolução nº 7549 da ANTAQ que tratou de aprovar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental ("EVTEA") apresentado pelo Ecoporto Santos, contemplando o reequilíbrio econômico-financeiro e a prorrogação da vigência do Contrato até o ano de 2048. Em 6 de janeiro de 2020 o Ecoporto Santos apresentou recurso na esfera administrativa contra a referida Resolução para que seja reconhecido, também, o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da superveniente substituição da área originalmente delimitada no Contrato por novas áreas, não contíguas, com metragem total 20% inferior (170.000m<sup>2</sup> x 136.444,03m<sup>2</sup>), causando perda de eficiência operacional.

e) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") em Serra - ES, no âmbito da "Operação Infinita Highway".

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia.

O inquérito policial encontra-se em andamento perante a Polícia Federal, sem previsão de término.

A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio externo profissional para os trabalhos. No relatório de avaliação forense estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela ECO101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a ECO101 e representantes da ANTT, bem como não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. A Companhia está avaliando os resultados dos relatórios forenses elaborados no curso da investigação interna para a conclusão dos trabalhos.

f) Outras informações

Em 20 de junho de 2018 o Grupo Ecorodovias recebeu o ofício nº 1460/2018, emitido pela 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social do Estado de São Paulo, noticiando a instauração do Inquérito Civil nº 14.0695.000489/2018-2 e solicitando informações sobre a contratação da empresa terceira nos anos de 2009 e 2010, os serviços prestados por ela e os termos destas contratações e aprovações internas.

Este inquérito foi instaurado a partir do conteúdo de reportagem extraída de blog publicado no jornal "O Estado de S. Paulo" em 14 de maio de 2018. A notícia aponta que estariam em poder da equipe de trabalho do Ministério Público Federal do PR planilhas em que a fornecedora, controlada por ex-assessor do DER/SP, teria recebido repasses, entre 2009 e 2010, no valor de R\$ 3.200 das controladas indiretas Ecovia e Ecocataratas.

Em 06 de agosto de 2018 a Ecorodovias prestou os esclarecimentos requisitados no ofício, encaminhou cópias dos contratos em questão, bem como elucidou os objetos contratados e as aprovações internas.

No decorrer do acompanhamento do referido Inquérito Civil, os Promotores de Justiça responsáveis entenderam que havia razão para que dois outros inquéritos civis também fossem considerados nas investigações originais, quais sejam, os inquéritos nº 43.0695.0001071/2014-9 e 14.0615.0000295/2018-8, o que se deu apenas em razão de tratarem de temas relacionados às concessões rodoviárias do Estado de São Paulo. Importante destacar que o Grupo Ecorodovias ou qualquer das suas Concessionárias não são partes nem objeto de investigação por parte do MPE/SP nesses dois inquéritos acima mencionados. Os inquéritos são sigilosos, razão pela qual a Companhia não possui cópias de seus conteúdos, mas apenas os termos das Portarias inaugurais.

Segundo os assessores jurídicos externos contratados para representar o Grupo neste inquérito, caso reste provada a prática de ilicitudes e irregularidades investigadas, as empresas poderão ser acionadas judicialmente pelo MPE/SP, com sanções aplicáveis às pessoas jurídicas. Nas esferas cível e administrativa, dentre as sanções, há a potencial aplicação da Lei de Improbidade Administrativa que prevê: i) ressarcimento integral do dano; ii) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, pelo prazo de 10 anos (por atos que geram enriquecimento ilícito), 05 anos (por atos que causem prejuízo ao erário) e 03 anos (por atos que atentem contra os princípios da administração); iii) pagamento de multa civil a depender da hipótese de imputação, que pode ser: (a) de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial (por atos que geram enriquecimento ilícito); (b) 2 vezes o valor do dano (por atos que causem prejuízo ao erário) e (c) cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente (atos que atentem contra os princípios da administração), além de potenciais penalidades criminais.

Os assessores jurídicos da Ecorodovias informam não ser possível estimar, nesta fase processual do inquérito, quais os possíveis desdobramentos para o Grupo em caso de procedência da investigação, vez que as penalidades acima descritas podem variar a depender das conclusões das investigações ora em curso.

## 25. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

### Política contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, podem resultar em efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

A movimentação da provisão nos exercícios é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	151.282	28.104	6.078	185.464
Consolidação Ecopátio (i)	-	1.745	195	1.940
Aquisição de participação (ii)	310	3.159	690	4.159
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	15.395	8.298	841	24.534
(-) Pagamentos	(6.817)	(13.015)	(25)	(19.857)
(+) Atualização monetária	6.712	3.483	224	10.419
Saldos em 31 de dezembro de 2019	166.882	31.774	8.003	206.659

  

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	153.329	33.695	10.184	197.208
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(1.246)	9.213	(3.899)	4.068
(-) Pagamentos	(6.414)	(17.910)	(1)	(24.325)
(+) Atualização monetária	5.613	3.106	(206)	8.513
Saldos em 31 de dezembro de 2018	151.282	28.104	6.078	185.464

(i) Vide Nota Explicativa nº 7.b).

(ii) Vide Nota Explicativa nº 13.a.ii).

## (a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$963.550 em 31 de dezembro de 2019 (R\$608.152 em 31 de dezembro de 2018), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas classificadas como prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- (i) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora.

Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação do juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$6.522. Em 30 de setembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 31 de dezembro de 2019, incluindo o valor do depósito complementar de R\$6.522, é de R\$60.425 (R\$51.649 em 31 de dezembro de 2018), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

- (ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Interpusemos Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ambos pendentes de juízo de admissibilidade. Em 31 de dezembro de 2019, o valor provisionado é de R\$81.276 (R\$79.253 em 31 de dezembro de 2018). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2019, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$60.434 (R\$84.125 em 31 de dezembro de 2018), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indireta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2019, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$210.845 (R\$183.445 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

O principal processo tributário é conforme segue:

A principal causa possível, portanto, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 02 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Recurso Voluntário ao CARF, que foi julgado parcialmente procedente pelo CARF em 18 de setembro de 2019, sendo que o acórdão ainda não foi publicado e poderá ser modificado por conta de Recurso Especial a ser apresentado pelo contribuinte. O valor correspondente a discussão, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$129.821 (R\$128.386 em 31 de dezembro de 2018).

Acerca das notícias veiculadas na mídia referentes à apuração de compra de medida provisória pela Operação Zelotes, a Companhia informa ter regularmente buscado defender o interesse institucional da Elog, empresa de logística à época integrante do grupo, de abrir o mercado de recintos alfandegados para livre concorrência com a realocação para áreas de maior demanda desses serviços de logística. Em complemento, a Companhia informa que o escritório Spindola Palmeira e a empresa LBS Consultoria e Participações Ltda. foram contratados para elaboração de consultas e opiniões legais relativas a matérias tributárias e previdenciárias e para consultorias em questões aduaneiras e tributária. Em resposta ao Ministério Público Federal referente ao procedimento investigatório no. 1.16.000.002352/2018-11, a Companhia apresentou as informações solicitadas sobre as contratações com o escritório Spindola Palmeira e com a empresa LBS Consultoria e Participações.

## 26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social subscrito e integralizado de R\$360.900 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros – legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019 o montante retido, à título de Reserva Legal é de R\$46.140 (R\$46.140 em 31 de dezembro de 2018).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram pagos valores a títulos de dividendos e juros sobre capital próprio.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(185.460)	374.510
Constituição da reserva legal	-	(18.725)
Base de cálculo dos dividendos	(185.460)	355.785
Dividendos intermediários pagos	-	158.964
Orçamento de Capital	-	196.821

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreriam sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A Companhia mantém em tesouraria 2.206.492 ações ordinárias calculadas com base na cotação de fechamento do último dia de pregão em 31 de dezembro de 2019, de R\$16,30 (R\$9,38 em 31 de dezembro de 2018). O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação de fechamento do pregão de 31 de dezembro de 2019, é de R\$35.956.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$9.012, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

f) Participações dos acionistas não controladores

A movimentação do exercício das participações dos acionistas não controladores está demonstrada a seguir:

	31/12/2018
Saldo no início do exercício	97.947
Participação nos lucros do exercício	7.625
Reserva de capital – plano de opções	3
Aquisição de participação Ecosul	(4.025)
Aquisição de participação Eco101	(99.395)
Aumento de capital	-
Pagamento de dividendos/Juros sobre capital próprio	(2.155)
Saldo no fim do exercício	-

## 27. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO

Política contábil

## Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas com arrecadação de pedágio (a)	2.952.132	2.528.660
Receitas de construção (b)	1.007.724	653.066
Receitas portuárias (c)	390.167	355.416
Receitas acessórias (d)	87.631	95.021
Receitas logística (e)	24.256	-
Receitas de prestação de serviços <i>intercompany</i> (f)	-	1.850
Receita bruta total	<u>4.461.910</u>	<u>3.634.013</u>
Deduções de receita	(340.928)	(292.239)
Deduções do reconhecimento da receita (g)	<u>(168.093)</u>	<u>(172.507)</u>
Receita líquida	<u>3.952.889</u>	<u>3.169.267</u>

(a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

(b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

As receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termares.

(d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(e) Refere-se as receitas auferidas pela Ecopátio Logística Cubatão Ltda (vide Nota Explicativa nº 7.b), as operações desta empresa voltaram a ser consolidadas pela Companhia.

(f) Referem-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (g) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas das controladas diretas Ecoporto e Termares, classificadas de acordo com o CPC47 Receita de Contratos com Clientes.

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	2.952.133	2.528.660
Receitas portuárias	390.167	355.416
Receitas logística	24.256	-
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	87.631	96.871
	<u>3.454.187</u>	<u>2.980.947</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (i)	(137.076)	(119.748)
PIS (ii)	(29.706)	(25.952)
ISS (iii)	(173.551)	(146.362)
Outros – ICMS	(17)	(4)
Dedução do reconhecimento da receita	(168.093)	(172.507)
Abatimentos	(578)	(173)
	<u>(509.021)</u>	<u>(464.746)</u>

- i. Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.  
ii. Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.  
iii. Alíquota de média de 5,0%.

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	40.599	21.123	407.989	321.581
Conservação e manutenção e outros	426	292	114.832	85.586
Serviços de terceiros (i)	31.503	14.317	240.158	186.384
Seguros	985	548	18.554	14.758
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 23)	-	-	68.217	61.183
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 21)	-	-	200.873	143.014
Custo de construção de obras	-	-	1.007.724	653.066
Depreciações e amortizações (Vide Nota explicativa nº 14 e 15)	587	664	567.505	433.569
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	1.495	1.069	23.477	33.404
Outros custos e despesas operacionais	1.622	1.316	100.891	66.644
	<u>77.217</u>	<u>39.329</u>	<u>2.750.220</u>	<u>1.999.189</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	2.449.007	1.780.016
Despesas gerais e administrativas	77.217	39.329	301.213	219.173
	<u>77.217</u>	<u>39.329</u>	<u>2.750.220</u>	<u>1.999.189</u>

- (i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.



ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	3.244	6.033	148.303	140.389
Juros sobre Mútuos	2.900	3.939	-	-
Variação monetária - venda Elog S.A.	-	-	-	-
Variação monetária sobre debêntures	-	-	6.910	26.607
Variação monetária sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 23)	-	-	-	50
Atualização monetária de créditos fiscais	73	-	7.882	5.800
Variação cambial/monetária sobre empréstimos	-	-	13.573	15.596
Outras	5.353	5.567	10.827	18.509
	11.570	15.539	187.495	206.951
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(71.452)	(12.855)	(470.136)	(396.989)
Cessão e assunção de dívida	(18.810)	(69.884)	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(100.231)	(52.880)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(104.312)	(122.113)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(7.054)	(522)	(19.599)	(13.347)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(120.378)	-
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção e provisão de obras futuras	-	-	(39.072)	(31.329)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos financiamentos	-	-	(18.921)	(33.228)
Juros sobre debêntures privadas	(2.698)	-	-	-
Juros capitalizados	-	-	56.247	27.680
Juros sobre mútuo	(10.535)	(31.332)	-	-
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(596)	(1.224)	(15.233)	(22.353)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	(72)	(147)	(11.732)	(9.041)
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2)	-	-	(11.880)	-
Outras	(1.549)	(205)	(32.320)	(14.095)
	(112.766)	(116.169)	(887.567)	(667.695)
Resultado financeiro, líquido	(101.196)	(100.630)	(700.072)	(460.744)

30. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO - CONSOLIDADO

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) básico – resultado do exercício	(0,33)	0,67
Lucro/(prejuízo) diluído – resultado do exercício	(0,33)	0,66
Lucro/(prejuízo) básico – resultado de operações continuadas	(0,33)	0,72
Lucro/(prejuízo) diluído – resultado de operações continuadas	(0,33)	0,71

## ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### a) Lucro/(prejuízo) básico por ação

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(185.460)	374.510
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	(185.280)	400.640
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	558.699	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(2.206)	(2.236)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.493	556.463
Lucro/(prejuízo) básico por ação - R\$	(0,33)	0,67
Lucro/(prejuízo) básico por ação de operações continuadas - R\$	(0,33)	0,72

#### b) Lucro/(prejuízo) diluído

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(185.460)	374.510
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	(185.280)	400.640
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	558.699	556.463
Plano Executivo de opção de compra de ações	1.599	5.580
Média ponderada de ações ordinárias para o Lucro diluído	558.092	562.043
Lucro/(prejuízo) diluído por ação - R\$	(0,33)	0,66
Lucro/(prejuízo) diluído por ação de operações continuadas - R\$	(0,33)	0,71

## 31. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Dívida (i)	1.567.598	518.390	9.587.933	8.283.947
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras – conta reserva	(15.275)	(141.953)	(1.963.164)	(2.727.819)
Dívida líquida	1.552.323	376.437	7.624.769	5.556.128
Patrimônio líquido (ii)	455.351	640.319	455.351	640.319
Índice de endividamento líquido	3,41	0,59	16,74	8,68

(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 17, 18, 19 e 23.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva: são formados por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 98,3% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (99,7% em 31 de dezembro de 2018), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 17, 18, 19 e 23.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Valor justo através do resultado	215.084	215.084
Clientes (i)	Custo amortizado	164.749	164.749
Aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva (ii)	Valor justo através do resultado	1.853.758	1.853.758
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	97.773	97.773
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	1.382.290	1.382.290
Debêntures (iii)	Custo amortizado	7.284.048	7.284.048
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	12.772	12.772
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Custo amortizado	908.823	908.823
Phantom Stock Option (v)	Custo amortizado	8.965	8.965

(i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

45 dias.

- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com Poder Concedente”.
- (v) O valor do *Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

### Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	<i>Capex</i> , desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
<i>Compliance</i>	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de

medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$95.157 (R\$84.737 em 31 de dezembro de 2018), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures ECOSUL	107,00% CDI	181.147	-	-	-
Debêntures ECOSUL	110,75% CDI	51.177	-	-	-
Debêntures ECOSUL	107,00% CDI	60.952	-	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	150.116	-	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	72.760	44.348	385.093	760.015
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25% a.a.	138.931	147.103	97.076	19.281
Debêntures Privadas - Ecopistas	105,00% CDI	23.252	5.677	5.939	116.275
Debêntures Privadas - Ecopistas	105,5% CDI	31.053	10.695	11.190	238.338
Debêntures - Eco101	CDI + 2,56% a.a.	26.724	-	-	-
Debêntures - ECO135	117,50% CDI	233.592	-	-	-
Debêntures - Ecoporto Santos	CDI + 1,85% a.a.	133.987	-	-	-
Debêntures - Ecoporto Santos	CDI + 1,75% a.a.	74.323	-	-	-
Debêntures - EIL	CDI + 1,25% a.a.	133.737	-	-	-
Debêntures - EIL	115,00% CDI	165.245	157.135	-	-
Debêntures - EIL	CDI + 1,35% a.a.	1.170.822	-	-	-
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35% a.a.	242.191	231.952	227.940	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42% a.a.	189.410	-	-	-
Debêntures Privadas - ECS	105,50% CDI	79.209	17.552	18.365	345.256
Debêntures - ECS	106,00% CDI	334.191	-	-	-
Debêntures - ECS	110,25% CDI	40.316	408.790	390.911	-
Debêntures - ECS	IPCA + 6,0% a.a.	2.226	2.067	2.135	40.428
Debêntures - ECS	IPCA + 7,4438% a.a.	43.030	29.166	30.124	495.068
Debêntures - ECS	CDI + 1,30% a.a.	57.543	47.134	47.137	894.025
Debêntures - ECS	IPCA + 5,50% a.a.	6.077	3.938	4.067	93.354
Debêntures - ECO050	IPCA+9,00% a.a.	9.384	9.309	11.107	166.247
Debêntures - Ecoponte	IPCA + 4,40% a.a.	11.618	10.866	17.525	438.590
Finame ECOSUL	6,00% a.a.	48	-	-	-
Finame - Cataratas	2,50% a.a.	46	45	37	-
Finame - Cataratas	6,00% a.a.	91	-	-	-
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45% a.a.	32.990	19.783	7.884	11.726
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	6.914	6.481	6.046	8.618
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	26.129	26.129	26.129	156.773
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	33.497	33.497	33.497	251.225
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48% a.a.	7.811	7.811	7.811	75.502
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48% a.a.	15.178	15.178	15.178	151.776
BNDES - Ecoponte	TJLP	155	155	155	1.555
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48% a.a.	1.852	2.398	2.398	27.573
Finame - Ecoporto Santos	6,00% a.a.	1.147	-	-	-
Arrendamento Mercantil - ECO050	4,37% a.a.	550	94	-	-
BNDES- ECO050	TJLP + 2% a.a.	22.482	22.482	22.482	359.707
BDMG - ECO050	TJLP + 2% a.a.	8.958	8.958	8.958	143.328
CEF - FINISA - ECO050	TJLP + 2% a.a.	25.416	25.416	25.416	406.657
CEF - FDCO - ECO050	7,50% a.a.	17.748	17.141	16.552	165.239
		3.864.025	1.311.301	1.421.152	5.366.555

Análise de sensibilidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do USD, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	74.984	93.730	112.476
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(347.588)	(382.313)	(416.890)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(253.997)	(263.435)	(272.841)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(4.216)	(6.166)	(8.461)
Juros sobre obrigações com Poder Concedente (b)	Alta da IPCA	(10.825)	(11.471)	(12.117)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(100.464)	(132.468)	(168.253)
Juros a incorrer, líquidos		(642.106)	(702.123)	(766.086)

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	4,4%	5,50%	6,6%
IPCA (b)	4,2%	5,3%	6,3%
TJLP (c)	6,0%	7,5%	9,0%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – Dezembro/2019.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

**32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO**

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte e Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel, Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. (Eco050).

b) "Holding" e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03, EIL04 e Argovias Participações e as "Holdings" Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., "Holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

d) Logística

A Companhia detém 100% de participação no Ecopátio Logística Cubatão Ltda, que tem como objeto administrar o terminal intermodal e regulador do fluxo de caminhões de cargas com destino ao Porto de Santos. Conforme Nota Explicativa nº 7.b), o Ecopátio voltou a ser consolidado a partir de 01 de janeiro de 2019.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Concessões rodoviárias	91,3%	91,1%
"Holding" e serviços	4,3%	4,0%
Portos	3,9%	4,9%
Logística	0,5%	-

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.



ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Nas tabelas a seguir há informação financeira (combinadas) sumarizada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2019. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras (combinadas), bem como as práticas contábeis aplicadas:

31/12/2019

Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	9.176.608	753.239	73.887	7.417.305	(5.878.586)	11.542.453
Ativo circulante	1.422.050	44.392	9.147	1.049.448	(170.415)	2.354.622
Ativo não circulante	7.754.558	708.847	64.740	6.367.857	(5.708.171)	9.187.831
Passivo	9.176.608	753.239	73.887	7.417.305	(5.878.586)	11.542.453
Passivo circulante	1.541.513	266.488	1.636	2.369.097	(170.415)	4.008.319
Passivo não circulante	4.767.255	116.837	1.598	3.053.399	(860.306)	7.078.783
Patrimônio líquido	2.867.840	369.914	70.653	1.994.809	(4.847.865)	455.351

31/12/2019

Resultado	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	3.780.263	167.480	20.845	179.501	(195.200)	3.952.889
Custo dos serviços prestados	(2.278.760)	(141.280)	(19.428)	(114.148)	104.609	(2.449.007)
Lucro bruto	1.501.503	26.200	1.417	65.353	(90.591)	1.503.882
Despesas gerais e administrativas	(158.868)	(52.955)	(4.515)	(148.807)	63.932	(301.213)
Amortização de investimentos	-	-	-	(22.294)	22.294	-
Outras receitas/despesas	(375.077)	54.076	(38.476)	(85.322)	37.816	(406.983)
Equivalência patrimonial	-	-	-	331.625	(331.615)	10
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	967.558	27.321	(41.574)	140.555	(298.164)	795.696
Resultado financeiro	(404.286)	(28.103)	283	(267.965)	-	(700.071)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	563.272	(782)	(41.291)	(127.410)	(298.164)	95.625
Imposto de renda e contribuição social	(324.426)	2.367	(984)	42.139	-	(280.904)
Resultado das operações continuadas	238.846	1.585	(42.275)	(85.271)	(298.164)	(185.279)
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	(180)	-	(180)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	238.846	1.585	(42.275)	(85.451)	(298.164)	(185.459)

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018					
	Concessões Rodoviárias	Portos	Ecopátio	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	7.738.175	795.371	80.502	6.703.161	(5.281.127)	10.036.082
Ativo circulante	1.802.155	63.444	7.718	1.487.284	(345.046)	3.015.555
Ativo não circulante	5.936.020	731.927	72.784	5.215.877	(4.936.081)	7.020.527
Passivo e patrimônio líquido	7.738.175	795.371	80.502	6.703.161	(5.281.127)	10.036.082
Passivo circulante	1.109.897	217.925	3.816	954.920	(270.604)	2.015.954
Passivo não circulante	4.890.153	228.317	2.243	3.962.489	(1.703.393)	7.379.809
Patrimônio líquido	1.738.125	349.129	74.443	1.785.752	(3.307.130)	640.319

  

	31/12/2018					
Resultado	Concessões	Portos	Ecopátio	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	3.047.876	134.166	25.747	164.542	(178.139)	3.194.192
Custo dos serviços prestados	(1.665.383)	(113.737)	(31.436)	(101.571)	112.813	(1.799.314)
Lucro bruto	1.382.493	20.429	(5.689)	62.971	(65.326)	1.394.878
Despesas gerais e administrativas	(140.338)	(38.989)	(9.365)	(99.987)	60.963	(227.716)
Amortização de investimentos	-	-	-	(17.183)	17.183	-
Outras receitas/despesas	2.929	11.280	5	613	(630)	14.197
Equivalência patrimonial	-	-	-	1.209.297	(1.209.263)	34
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.245.084	(7.280)	(15.049)	1.155.711	(1.197.073)	1.181.393
Resultado financeiro	(251.518)	(29.721)	(445)	(179.505)	(15.076)	(476.265)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	993.566	(37.001)	(15.494)	976.206	(1.212.149)	705.128
Imposto de renda e contribuição social	(326.325)	494	70	2.911	999	(321.851)
Resultado do exercício das operações continuadas	667.241	(36.507)	(15.424)	979.117	(1.211.150)	383.277
Resultado das operações descontinuadas	-	-	2.114	(18.505)	-	(16.391)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	667.241	(36.507)	(13.310)	960.612	(1.211.150)	366.886
Resultado dos acionistas não controladores	-	-	-	-	7.623	7.623
Resultado dos acionistas controladores	667.241	(36.507)	(13.310)	960.612	(1.218.773)	359.263

### 33. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – CONSOLIDADO

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 8.

#### b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

#### c) Efeitos não caixa

A controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., registrou o valor de R\$55.696 referente à realização de AVP e atualização monetária, capitalizados até 01 de abril de 2019 (início da cobrança de pedágio), conforme Nota Explicativa nº 23.

### 34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de janeiro de 2020, a controladora indireta Ecovias do Cerrado S.A. assinou com a Agência Nacional Terrestre – ANTT o termo de Arrolamento e Transferência de Bens, oficializando nesta data a concessão dos 437 quilômetros das rodovias federais BR-364 e BR-365 que liga Jataí (GO) à Uberlândia (MG).

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12 Depósitos Judiciais, em 10 de fevereiro de 2020, ocorreu o desbloqueio parcial de R\$ 180.476 da ação do Ministério Público Federal do Paraná das controladas indiretas Ecovia e Ecocataratas.